Leia o DN e o *The New York Times* numa só assinatura por €59,99/ano
Saiba mais na última página



Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quarta-feira **25.9.2024** / Diário / Ano 160.º / N.º 56 769 / **€ 1,50** / Diretor **Filipe Alves** Diretores Adjuntos **Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino**

Telecomunicações
Anacom aprova compra da Nowo pela Digi, mas espera investimento na rede 5G
PÁG. 17



Liga Europa
FC Porto visita equipa que já humilhou Mourinho e que tem escova de dentes gigante como símbolo
PÁGS. 24-25

Televisão
This Town*: os Anos 80 das Midlands, entre música e *cocktails molotov
PÁG. 26



Governo quer aumentar salário mínimo para 870 euros em 2025

O Executivo pretende que o Salário Mínimo Nacional suba para 870 euros no próximo ano, o que representa um aumento de 6,1% face aos atuais 820 euros, apurou o DN/Dinheiro Vivo. O valor, que ainda está em aberto, foi avançado aos parceiros nas reuniões da Concertação Social.
PÁG. 16



FERNANDO ALEXANDRE
"Se falharmos a integração dos alunos estrangeiros, falhamos a política de imigração"
PÁGS. 4-7

REINALDO RODRIGUES

"Xerifes em Lisboa"?
Ordem de Moedas põe agentes em risco de serem acusados de sequestro. PSP será sempre chamada, diz autarca
PÁGS. 12-13

China
Banco central corta juros para mínimos históricos para evitar crise económica
PÁG. 18

Política
Partido Liberal Social e Trabalhadores Unidos: duas novas forças políticas que vão tentar conquistar o seu espaço
PÁG. 8



Editorial

Filipe Alves
Diretor do Diário de Notícias

Vamos falar a sério sobre apoios aos *media*?

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Pedro Duarte, afirmou ontem que o Governo vai apresentar, dentro de algumas semanas, o seu Programa de Apoio ao Setor dos *Media*. Segundo Pedro Duarte, o plano terá quatro pilares: o primeiro passa pela criação de um novo Código da Comunicação Social; o segundo, por uma nova estratégia para a RTP e a Lusa; o terceiro contempla incentivos ao jornalismo e aos jornalistas; e, por fim, o quarto consiste no combate à desinformação e no apoio à literacia mediática.

O Executivo espera conseguir um amplo consenso na sociedade portuguesa a respeito deste plano para os *media*, partindo do princípio de que o jornalismo é essencial para a democracia. Ao mesmo tempo, disse Pedro Duarte, haverá o cuidado de não "desincentivar a inovação".

À primeira vista, as prioridades definidas pelo Governo estão corretas e vão no bom sentido. Diria, no entanto, que falta referir três aspetos cruciais.

O primeiro é a proteção dos direitos de autor, nomeadamente perante as gigantes tecnológicas, em linha com o que tem sido feito a nível europeu. O *boom* da Inteligência Artificial tornou este tema ainda mais urgente, tendo em conta que os conteúdos jornalísticos são essenciais para alimentar os algoritmos. Este primeiro aspeto tem vindo a ser progressivamente acautelado por força da atuação de Bruxelas (embora Portugal tenha ainda muito por fazer no que toca ao acompanhamento das *Big Tech*), mas há um segundo aspeto que não tem sido muito aflorado. Refiro-me a incentivos ao investimento no setor dos *Media*, quer se trate de empresas sem fins lucrativos ou de entidades como fundações. Olhemos, pois, com atenção para este lado da história.

O grande problema do jornalismo não está na atividade em si, por muito que se possa melhorar a esse nível, porque as pessoas continuam a necessitar da informação produzida por jornalistas profissionais, mesmo que não o queiram admitir e sejam muito críticas dos *media* tradicionais. Pensemos um pouco: haverá alguém que realmente consiga viver sem notícias?

O problema de fundo é outro e diz respeito ao modelo de negócio que, com a digitalização, foi colocado de pernas para o ar. Após décadas de fortes quedas nas receitas e nas margens, a maioria das empresas de *media* acumula prejuízos. É isto que explica a fragilidade do jornalismo na maior parte do mundo ocidental, os baixos salários dos profissionais, a falta de meios, a perda de qualidade e o risco da dependência de poderes políticos e económicos. O jornalismo deixou de ser um negócio lucrativo, na maioria dos casos, pelo que tem cada vez mais dificuldade em atrair capital. E em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.

Há duas formas de lidar com isto: por um lado, reinventar o modelo de negócio, inovar e fazer cada vez melhor, de maneira a que seja uma atividade sustentável; e, por outro, criar condições para que possa ser alocado mais capital aos projetos de *media*, por exemplo através de benefícios a nível de IRS e IRC e outros incentivos que sejam aplicados de forma "cega", sem risco de favoritismo ou de discricionariedade por parte do poder político.

A título de exemplo, vejamos o caso de um grupo económico que todos os anos injeta um milhão de euros numa empresa deficitária na área dos *media*. Se o financiamento do jornalismo fosse reconhecido como custo ou perda do exercício, ao abrigo da Lei do Mecenato, esse grupo poderia abater à matéria coletável o equivalente a 140% desse valor (1,4 milhões de euros), o que, em termos práticos, representaria uma poupança de 300 mil euros em IRC, ou seja, um retorno de 30%.

Para tal, bastaria que o Estado reconhecesse, como regra, o interesse cultural da atividade jornalística. Recorde-se que a lei já permite os donativos a entidades privadas com fins lucrativos, desde que o interesse cultural seja reconhecido pelo Estado, pelo que não seria necessário converter as editoras de jornais em entidades *non profit*. E não há muitos negócios com retornos de 30%.

Por fim, o terceiro aspeto diz respeito à distribuição de jornais e revistas. Num país como Portugal, onde a distribuição de publicações é rentável apenas em Lisboa e Porto, é necessário criar condições para que o envio para as outras regiões do país seja economicamente viável.

Resta saber, no entanto, se interessa realmente ao poder político que exista uma comunicação social robusta, forte e independente.

OS NÚMEROS DO DIA

57 550

VACINADOS
Mais de 23 400 pessoas foram vacinadas com o reforço sazonal contra a covid-19 e 34 140 contra a gripe entre a passada sexta-feira e domingo, indicou a DGS.

13

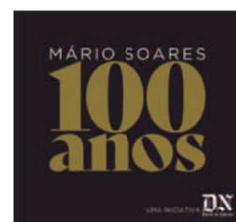
POR CENTO
As contas de serviços mínimos bancários cresceram 13% no primeiro semestre deste ano, face ao mesmo período de 2023, existindo 235 435 destas contas com comissões reduzidas no final de junho, informou ontem o Banco de Portugal.

39

CASOS DE ILEGALIDADE
O Tribunal de Contas detetou 39 situações de exercício ilegal de funções inerentes a cargos dirigentes no Município do Funchal entre 2018 e 2022.

7

CONCURSOS
A Museus e Monumentos de Portugal (MMP) abriu ontem sete concursos internacionais para as direções de vários equipamentos em Lisboa, entre os quais o Museu Nacional de Arte Antiga, o Museu Nacional do Traje e o Palácio Nacional da Ajuda.





25.9.2024

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e João Coelho **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves ***E-mail* geral da redação** dnot@dn.pt ***E-mail* geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em *www.dn.pt*. Tiragem média de fevereiro 2024: 6 084 exps.

VISAPRESS © Direitos de Autor Protegidos apct

PUBLICIDADE

vodafone
business
CONFERENCE

11 OUT | Sustainable Technology

Sustainable Technology
Como é que a tecnologia digital está a contribuir para uma maior sustentabilidade ambiental, social e económica das organizações. De que forma as empresas devem ou estão a preparar-se para cumprir metas de desempenho nas próximas décadas?
Estas e outras questões estarão em análise com especialistas nacionais e internacionais, na nova edição da Vodafone Business Conference.

INSCRIÇÃO GRATUITA

INSCREVA-SE JÁ*



Saiba mais em **vodafonebusinessconference.dinheirovivo.pt**
*A plateia tem um número limite de 300 lugares.


vodafone Diário de Notícias

dinheiro vivo



Fernando Alexandre
"Se falharmos a integração dos alunos estrangeiros, falhamos a política de imigração"

EDUCAÇÃO Ministro garante que "não houve negligência" na escola da Azambuja onde um aluno esfaqueou seis colegas. Acredita no papel de "elevador social" da escola pública, mas diz que esta "não está a cumprir totalmente essa função" com milhares de alunos sem aulas. Assista à entrevista em vídeo em www.dn.pt.



ENTREVISTA **VALENTINA MARCELINO** E **NUNO VINHA** FOTOS **REINALDO RODRIGUES**

Mais de uma semana depois do inédito caso de violência na escola da Azambuja, já tem pensadas medidas a curto, médio, e longo prazo para que os pais consigam deixar os seus filhos em segurança nas escolas?
As escolas portuguesas são seguras. É verdade que nos últimos anos tivemos um aumento das ocorrências de criminalidade, desde 2018, 2019 – cerca de 30%, de acordo com o último *Relatório Anual de Segurança Interna*. Por isso, há um movimento de aumento da criminalidade, mas não está em valores preocupantes. Mas, obviamente, são situações que têm de ser combatidas, e estamos muito atentos a isso, Uma das dimensões em que estamos a atuar é na contratação de vigilantes. Houve um desinvestimento enorme nos últimos 10 anos, ou seja, viemos de cerca de 600 para zero. Neste momento ele existem, contratados por câmaras municipais em algumas escolas, mas não há uma política bem definida a nível nacional. Estamos a trabalhar em articulação com as autarquias – porque a segurança nas escolas é uma competência das autarquias, desde o decreto-lei de 2019 – e com as forças de segurança.

É uma solução melhor do que reforçar, por exemplo, o número de polícias na *Escola Segura*?
Essa parte existirá sempre, em articulação com as Forças de Segurança e as autarquias. A *Escola Segura* terá um papel cada vez mais importante, porque apesar de nós termos esta descentralização de competências, a responsabilidade pela qualidade do processo educativo continua a ser do Governo, porque de outra forma não poderíamos garantir igualdade de oportunidades em todo o território e segurança em todas as escolas. O caso da Azambuja é um caso isolado de um aluno. Aconteceu ali, podia ter acontecido em qualquer outra escola. É um episódio específico do aluno que teve um distúrbio. Não havia sinalização nenhuma, não houve qualquer forma de negligência na escola. Toda a gente fez aquilo que devia ter feito, não havia nenhum sinal de risco. Dentro da própria família foi uma surpresa e, por isso, eu penso que este é um caso isolado. Esperemos que não se repita, mas sabemos que pode haver repetições, pela natureza dos próprios casos.

> *"O caso da Azambuja é um caso isolado. Não houve qualquer forma de negligência da escola. Toda a gente fez aquilo que devia ter feito. Não havia sinal de risco."*

Como é que lida com a perceção pública que isto causou?
Penso que a sociedade percebeu, apesar de ter havido alguma informação menos correta, como associar a casos de *bullying*, que este caso não tem nada a ver com *bullying*. Só para terem uma ideia, falei com uma das vítimas e a criança disse-me que ele parecia tão boa pessoa e era tão simpático. Quando mesmo as crianças foram surpreendidas, estamos a falar de um episódio clínico. Obviamente, sabemos que há uma mudança de comportamentos nas crianças. Não é por acaso, também, que fizemos uma recomendação para a proibição dos telemóveis. Há uma mudança nos comportamentos, que tem a ver muito com a forma como hoje os estudantes lidam com as redes sociais e os efeitos que muitas vezes podem ter no seu comportamento. Não estou a fazer uma ligação, neste caso. O que eu quero dizer com isto é que sabemos que há mudanças de comportamentos e a escola e as famílias têm de estar preparadas. Na escola, é cada vez mais importante a criação de espaços de convívio na parte não-letiva. Sem desvalorizar a importância do que se passa na sala de aula, no nosso Sistema Educativo, temos de olhar mais para as atividades fora da sala de aula, no recreio, no que é que os alunos fazem, quais são as dinâmicas que nós temos para educar os alunos também numa dimensão muito importante que é a socialização, o convívio, o desenvolvimento de uma série de competências pessoais que são essenciais para o seu percurso ao longo da vida. Penso que temos desvalorizado, em Portugal, essa dimensão. Aí incluo o pessoal não-docente que, à semelhança dos professores , não tiveram a valorização que deviam ter tido nos últimos anos. Eles têm um papel cada vez mais importante, porque aquilo que se passa no recreio, por exemplo, muitas vezes o pessoal não-docente, são [eles] precisamente os primeiros a ter esse contacto, os que conhecem melhor as crianças, que falam com elas todos os dias. Na sala de aula o comportamento muda.

Obviamente este tema leva-nos também à questão do número de psicólogos nas escolas e esse tipo de acompanhamento, a saúde mental infantil e juvenil, ou da adolescência. Existe a consciência de que há muito poucos psicólogos a fazerem esse tipo de trabalho de prevenção nas escolas, no Ministério?
Existe a perceção de que temos



"Temos dezenas de milhares de pessoas que tinham qualificação para ser professores e desistiram, (...). 14 500 professores profissionalizados foram trabalhar para o setor imobiliário."

de reforçar essa dimensão. Aliás, foi uma das medidas que tomámos. Foi precisamente permitir a renovação de todos os contratos. Estamos a falar de pessoas que estão numa situação precária há imensos anos, alguns há mais de 10 anos e, por isso, do ponto de vista administrativo, a única forma de garantir, a partir de 31 de agosto, que as pessoas podiam continuar nas escolas, foi permitir a continuidade da relação laboral, mas já nos comprometemos a fazer concursos para que essas pessoas tenham estabilidade e não haja, todos os anos, esta questão da renovação dos contratos com pessoas essenciais para o sistema educativo.

Sabe quantas escolas já aderiram à proibição de utilização de telemóveis?

Não, ainda não tenho essa informação. Ainda não quisemos fazer esse pedido já às escolas.

Qual é a tendência que espera?

Vou aguardar para ver. O que os professores dizem é que, dentro da sala de aula, já era proibido – aliás, o *Estatuto do Aluno* já proibia o uso do telemóvel. Nós fomos mais longe, recomendando a proibição no espaço de convívio em que os jovens aprendem a interagir uns com os outros e desenvolvem um conjunto de competências que são essenciais no crescimento. Não ficam agarrados ao telemóvel, encostados a uma parede, o que é muito negativo para o seu crescimento.

Sabemos que ler é uma das suas principais ocupações no tempo livre. Gostava de ver as escolas com um papel mais ativo no incentivo à leitura?

Claro que sim. A capacidade de aprendizagem depende muito da dedicação que os estudantes têm à leitura. Por isso, sim, nós temos de fomentar a leitura nas escolas. A rede de bibliotecas escolares faz um trabalho muito importante. É sempre uma das áreas das escolas que eu, obviamente, visito e olho para o catálogo. E faço perguntas.

Mas já pensou em alguma medida concreta para esses incentivos às escolas?

Temos uma medida que vai já acontecer este ano, que é um diagnóstico da velocidade de leitura, que vai ser feita no 2.º ano de escolaridade. É uma medida que foi proposta pelo secretário de Estado, Alexandre Homem Cristo. Já foi comunicada às escolas e penso que pode vir a ter um efeito muito interessante. Uma criança que fica atrasada na leitura no 2.º ano, quer dizer que o 1.º ano não funcionou bem, e por isso no 2.º ano nós conseguimos fazer o diagnóstico e corrigir para que ela não vá para o 3.º ano com essa fragilidade ou que haja uma implementação de medidas para corrigir essa fragilidade. Porque a partir do momento em que a criança fica com essa limitação e lê mais devagar, tem mais dificuldade na leitura, vai ter mais dificuldade em compreender todas as matérias e isso vai prejudicar todo o seu percurso escolar.

Vai ser feito em todas as escolas?

Sim, é um diagnóstico para todos os alunos do 2.º ano. E a métrica que é usada é a velocidade, porque é aquela que é mais fácil de implementar e aquilo que ela nos diz é muito importante pelo nível de aprendizagem que as crianças têm. Uma boa promoção deste diagnóstico, que tem de ir já para o terreno, não só isso vai chamar a atenção às escolas que têm de fazer esse trabalho, mas penso que mesmo para as famílias, ao ser sinalizada a importância da leitura. Penso que se pode gerar um movimento divulgando bem a importância que tem a leitura. Há muitos pais que não têm a informação suficiente para saber que, por exemplo, acompanhar as crianças na leitura – e acho que depois é essa a ligação que se cria com o livro - não só é ótimo para a relação entre os pais e os filhos, como é também para o desenvolvimento das competências da criança.

"Em Portugal nunca tivemos falta de pessoas que quisessem dar aulas. Só que as tratámos tão mal que elas desistiram. Quando falamos em escassez de professores é por falta de incentivos."

E se se detetar que o problema não é do aluno ou do currículo, mas sim dos professores que ensinaram naquelas escolas?

Vamos avaliar a qualidade do ensino-aprendizagem. É como a questão dos exames, não se está diretamente a avaliar o professor. Mas, obviamente, é uma medida também do trabalho que está a ser feito, de acordo com o contexto em que se está a fazer. Porque um professor que tenha metade de alunos de Português Língua Não-Materna, por exemplo, e hoje temos muitos, pode estar a fazer um trabalho fantástico.

E mesmo assim eles serem mais lentos...

Esta é uma dimensão que este Governo em que, claramente, se destaca do Governo anterior, que é o papel da avaliação externa. Nós não temos aprendizagem sem avaliação. E não temos melhoria das aprendizagens sem avaliação. Por isso nós temos de olhar para a avaliação como um instrumento de melhoria das aprendizagens. Não é uma questão de corrida, de ver quem é que chega em primeiro, mas é saber quem é que está a ficar para trás, e o que é que nós podemos fazer para corrigir. Lá está, não é por acaso que este diagnóstico da velocidade de leitura vai ser feito no 2.º ano. É que no 2.º ano ainda vamos a tempo de corrigir e garantir que quando o aluno passa para o 3.º já teve um plano, ou tem um plano para recuperar essa fragilidade que ele pode ter na leitura, e que o vai prejudicar em todas as disciplinas. Porque ele vai precisar de muito mais tempo que os outros para apreender as matérias. Há muitas pessoas na praça pública a criticar o modelo de avaliação em que o exame não conta para a nota, mas eu acredito nesta dimensão pedagógica e de persuasão junto da sociedade.

Há ainda cerca de 200 mil alunos sem aulas. Isto não é um problema só de Portugal. Há falta de professores em toda a União Europeia. Já disse que não é um problema que se resolve de um ano para o outro. Que saída é que vê? Haverá soluções a nível europeu também? Ou seja, para o ano, como é que acha que consegue reorganizar este sistema?

O primeiro passo é o que temos feito: valorizar a profissão de professor, que é uma das profissões, ou mesmo a profissão com mais impacto que existe na sociedade. E a profissão de professor foi completamente desvalorizada nas últimas décadas em Portugal. Em Portugal nunca tivemos falta de pessoas que quisessem dar aulas. Só que as tratámos tão mal que elas desistiram. Temos dezenas de milhares de pessoas que queriam ser professores, e tinham qualificação para ser professores, que desistiram de dar aulas. Por isso quando nós falamos da escassez de professores é porque não criámos os incentivos para que as pessoas optassem por essa profissão.

Há pessoas que querem ser professores, mas não estão a chegar lá...

Não chegam porque desistem. Desde logo, a questão da forma como decorre a colocação dos professores, com um concurso centralizado, obrigando-os durante muitos anos obrigados a andar de escola em escola, para um dia se poderem aproximar da sua residência. Vamos manter esse princípio, porque muitas pessoas criaram a expectati-

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

va de que um dia, depois de terem andado anos e anos com a casa às costas, se iriam aproximar da sua residência, por isso nós temos que cumprir essa expectativa. Seria extremamente injusto não permitir que isso acontecesse, porque as pessoas fizeram esse sacrifício e houve muitos que desistiram.

Mas declarou recentemente que esse sistema centralizado teria de ser revisto.

Não, ele tem de se manter, mas temos de ter outros em paralelo.

Não é rever, é ter outra coisa?

Já temos. Neste momento está a decorrer um concurso inovador, dirigido apenas a professores que não têm a vinculação, os chamados precários. São professores contratados a prazo, aos quais vamos dar um vínculo a professores quando concorram para determinadas escolas carenciadas, precisamente, porque abrem vagas e nunca conseguem preencher os lugares de professores. Propusemos ainda um apoio à deslocação que vai até 450 euros para quem reside a mais de 300 quilómetros. Eu não sei qual vai ser a capacidade de atração, mas se não for suficiente vamos ter de ter mais medidas, porque não é razoável aceitar que tenhamos alunos sem aulas, em particular na Área Metropolitana de Lisboa, ou no Alentejo, ou no Algarve, que é onde há mais falta de professores. Temos de ter soluções para isso. Por isso, nós temos de ter contratações mais específicas para determinados territórios onde o Concurso Nacional não funciona. Se funcionasse, nós não teríamos tantos alunos sem aulas porque foi sempre assim que foi feito. Se alguém souber que quando concorre pode ir para aquela escola e ficar ali durante um conjunto de anos, se calhar começa a pensar em organizar a vida de outra forma. Agora, a expectativa de que um dia ele pode voltar a casa, isso não existe em mais nenhuma profissão, não é? As pessoas escolhem um emprego, ou vêm para Lisboa, ou vão para o Porto.

E se esses 450 euros não forem suficientes? Esse valor pode ser reforçado ou pode ser necessário tomar novas medidas?

Não, pode ser diferente. Esta medida é uma medida de emergência. É, basicamente, para tentarmos que este ano já não haja um número tão elevado de alunos sem aulas durante um período tão longo, ou seja, uma medida para tentar mitigar o problema. Mas nós também já anunciámos que vamos rever a carreira e aí vamos pensar na carreira de uma forma mais global, tornando-a mais atrativa para que as pessoas voltem a querer ser professores. A dimensão da carreira é muito importante. Há uma valorização da própria profissão, um reconhecimento. Deixem-me só fazer esta nota. Nós temos estes problemas dos alunos sem aulas. Temos muitas falhas ainda no nosso Sistema Educativo, mas temos dezenas e dezenas de milhares de professores que fazem um trabalho fantástico todos os dias. Mesmo que possam não ter o reconhecimento que merecem, podem não ter a valorização salarial que merecem na carreira, mas fazem um trabalho fantástico. A nossa geração é cada vez melhor qualificada. Se conseguimos colocar os nossos diplomados no estrangeiro, nos países mais desenvolvidos, nas melhores organizações, fazemo-lo, porque temos um Sistema Educativo que, apesar das falhas que tem, tem excelentes profissionais que fazem aquilo que gostam.

Temos uma escola pública de excelência?

Em muitas áreas temos, sem dúvida.

Como economista já fez as contas sobre o benefício da escola pública no desenvolvimento económico no país?

Conseguimos perceber a mudança que tivemos no nosso país e o potencial que temos. Por exemplo, uma conta que eu quero fazer é quanto é que custa termos os alunos sem aulas durante tanto tempo. Porque quando estamos a discutir o efeito orçamental disto, que são mais umas dezenas de milhões de euros, por exemplo, o apoio à deslocação, nós estimamos que sejam 10 milhões de euros para este ano. Se as pessoas reagirem e concorrerem para os lugares que nós oferecemos...

São quantos?

O concurso tem 2309 posições, no fundo, lugares de quadro.

Com um vínculo e um apoio até 450 euros para a deslocação...

Imagine alguém que venha de uma localidade acima do Rio Douro para Lisboa, vai receber esses 450 euros, que é onde temos a maior concentração de professores, porque a formação de professores esteve historicamente mais no Norte e menos no Sul.

"A forma como o Governo se mobiliza como um todo para responder a este problema evidencia a aposta que faz na escola pública e na Educação."

Eu tenho uma pergunta especificamente sobre isso. Tive a informação de que a formação inicial de professores que é dada nas universidades tem um engarrafamento aí. Ou seja, por exemplo, para 450 candidatos só conseguiram orçamento para formar 150, um em cada três. Não pode haver mais apoio nesta parte? Não que haja falta de pessoas a querer ser professores, mas não estão a chegar ao mercado...

Por acaso, também há uma falta de professores. Nos últimos seis anos, de acordo com a informação que recebi, houve 14 500 professores profissionalizados que desistiram, mudaram, foram trabalhar para o setor imobiliário. Os professores são pessoas altamente qualificadas e, por isso, foram fazer outras coisas em que não eram obrigados a mudar de residência. Foram na mesma ganhar um salário, se calhar até melhor, e deixaram de fazer aquilo que mais gostavam. E, por isso, houve muita gente que desistiu de ser professor. Penso que este ano já houve uma mudança, porque nós tivemos cursos da Área de Educação com mais do dobro dos candidatos em primeira opção em relação às vagas. Já havia algum sinal, mas este ano foi mais claro ainda e por isso nós temos de dar, do ponto de vista da formação, essas condições. Vou entrar, muito rapidamente, em diálogo com as Instituições de Ensino Superior sobre isso.

A seguir à aprovação do orçamento.

Nós não paramos até lá.

Imagino que seja mais fácil com uma uma verba já bem definida.



Vamos reforçar e estamos a reforçar muito. Este é o investimento mais importante que o país pode fazer. Já demos sinais claros de que, aliás, com o conjunto de medidas que temos aprovado, todas elas têm um impacto orçamental. A forma como o Governo se mobiliza como um todo para responder a este problema, acho que evidencia a aposta que faz na escola pública e que faz na Educação.

Ainda vê a escola pública como um instrumento de elevador social importante?

Continua a ser, mas não cumpre totalmente a sua função, porque precisamente estas dezenas de milhares de alunos que são afetados por não terem aulas são precisamente aqueles que mais precisam da escola pública. E, por isso, desse ponto de vista, o elevador não está a funcionar bem. Agora, que continua a ser fundamental, continua. Quer dizer, na maior parte do país, é a escola pública que garante o acesso e a universalização do acesso à população.

Mas acha que o ensino privado está um pouco a tomar esse lugar? Há cada vez mais pessoas a optarem pelo ensino privado, precisamente por causa das greves, por causa da falta e professores...

Não temos preconceitos ideológicos em relação ao ensino privado. O ensino privado cumpre um papel muito importante a vários níveis. E mesmo do ponto de vista das práticas pedagógicas, da inovação e tudo isso. Uma das razões para algumas famílias optarem pela escola privada em vez da escola pública, é que na escola privada, de uma maneira geral, não há faltas de professores. Ou seja, um pai que coloca um filho numa escola privada, sabe que ele tem aulas to-

"Uma das razões para algumas famílias optarem pela escola privada é porque, de uma maneira geral, não há falta de professores. Temos de o conseguir também na escola pública."



dos os dias a todas as disciplinas. Por isso, nós temos de conseguir que a escola pública também faça isso, temos de responder a isso. Este não é o objetivo para este ano, mas é o resultado que me deixaria satisfeito, com o meu sentido de missão cumprida, no final da legislatura, era se, de facto, conseguíssemos acabar com esta situação, de alunos sem aulas por falta de professores. É uma questão de gestão de recursos humanos.

Os professores no ensino privado têm uma avaliação muito rápida e muito abrangente. A avaliação dos professores no ensino público precisa de ter alterações?

Essa alteração vai ser feita no contexto da revisão da carreira.

Começa agora em outubro a discussão, não é?

Começa dia 21 de outubro a reunião com os sindicatos e teremos já propostas.

Pode avançar alguma?

Vamos tornar a carreira mais atrativa no início. É algo que é evidente, está documentado nos estudos internacionais. Os primeiros escalões são muito baixos, vamos ter de ter uma valorização dos primeiros escalões. As cotas que existem não fazem sentido, para o acesso ao 5.º e ao 7.º escalão, não têm lógica nenhuma do ponto de vista da evolução da carreira. O que não quer dizer que vai poder ser uma progressão apenas com o tempo. Temos de dar aqui incentivos à formação, ou seja, à qualidade das aulas, e por isso o regime de avaliação vai ter importância, tem de ter importância, porque temos de dar incentivos. Sabemos que há professores fantásticos e há outros que são... E, obviamente, não é justo. Tenho a certeza de que os professores vão acolher isso bem, porque alguém que tem uma dedicação à Educação total e que faz tudo para dinamizar os alunos, para acompanhar os alunos, tem de ser recompensado por isso. A sociedade tem de lhe dar uma recompensa. E por isso o regime de avaliação vai ser sempre importante. Temos de ter um regime de avaliação.

Mas como é que vê esse regime? Os diretores da escola vão ser chamados para avaliar os professores que lá dão aulas ou é uma coisa externa que é feita?

Isso aí também temos de olhar para o papel dos diretores. Vamos propor um estatuto para o diretor, que não existe, e vamos ter de rever muito bem as competências do diretor, todo o papel do diretor no agrupamento e na escola. Também podemos fazer melhorias aí.

No próximo ano letivo vamos ter um cenário bastante diferente?

2025-2026 é o ano letivo que queremos que seja já mesmo o nosso ano letivo. As mudanças na Educação demoram muito tempo a fazer. Tivemos este caos nas matrículas em julho, que nos fez pedir desculpa aos portugueses, porque é inaceitável. Obviamente, isso não se pode repetir no próximo ano letivo. Neste eu não tive responsabilidade. Quer dizer, pedimos desculpa, porque o Estado devia pedir desculpa porque, numa tarefa tão simples como é matricular alguém digitalmente, as pessoas perderem horas porque o *site* não funciona.

Acha que o próximo ano letivo vai ser, como dizem os economistas, uma quebra de série, ou seja, não vai ser comparável com o anterior?

Acho que este já pode ser um bocadinho diferente, mas o próximo gostaríamos se fosse de facto diferente. Já vamos ter muitos instrumentos que vão estar a funcionar, o modelo de avaliação externa já vai ser diferente...

Um novo estatuto para o diretor de escola e...

A questão das competências entre o ministério, o diretor da escola e as autarquias. Nós defendemos muito a descentralização, mas é preciso claramente haver melhoria nos processos dentro das escolas, qual é que é a forma como a autarquia se liga à escola e ao ministério, para haver uma responsabilização clara.

Vai ter a sua assinatura para o bem e para o mal.

Vai, a minha e a da minha equipa.

Já sabe quantos professores aposentados aceitaram regressar ao ensino?

Não, ainda não tenho esse número. Do ponto de vista regulamentar, nós estamos a fazer a legislação de uma forma muito rápida, mas depois é preciso regulamentar isto. As coisas estão praticamente finalizadas, mas estive com um diretor na semana passada e na escola dele todos os que se iam aposentar disseram que vão continuar, pelo menos mais um ano. Fizemos também este apelo e há uma compensação financeira, mas também fizemos este apelo aos professores, que estão em boa condição física, e atenção: isto depois vai ser uma escolha do diretor, é o diretor que vai decidir. Não é quem quiser, há professores que, de facto, o melhor é aposentarem-se, porque não estão em condições. Agora, aqueles que estiverem em condições e que queiram ajudar a resolver este problema dos alunos sem aulas, pode ser só com um horário, só com uma turma. O número que propusemos é muito baixo, é um sinal mais de que isto é um problema de todos e, como diz o lema de uma das escolas que eu visitei ontem, a escola faz-se com todos, não há outra maneira de a fazer e por isso é, com pessoas que muitas vezes têm excelentes competências, poder contar com eles.

Tem alguma medida específica para fazer face ao facto de termos cerca de 140 mil alunos estrangeiros no presente ano letivo?

Temos mais de 140 mil, é um número muito elevado. Visitei, nos últimos dias, precisamente, escolas no Alentejo e no Algarve, em particular, que têm um grande número de alunos estrangeiros, embora isto seja transversal a todo o país. É um dos maiores desafios que Portugal tem, porque são números muito grandes e, se nós falharmos na integração e no sucesso escolar destes alunos, nós vamos falhar a nossa política de imigração. Por isso nós temos mesmo de ter aqui uma estratégia de ensino de Português, porque muitos dos alunos não falam português, não têm sequer o alfabeto, precisamos de criar um nível zero de Português de Língua Não-Materna, precisamente para esses alunos. Vamos avaliar, vamos ter avaliação externa para o Português de Língua Não-Materna, que não tínhamos, precisamente para podermos identificar onde é que estão as falhas e podermos ter estratégias de melhoria. Vamos criar uma rede de mediadores culturais e linguísticos, precisamente para facilitar a integração destes alunos. Temos projetos incríveis, mais uma vez aqui a autonomia das escolas tem funcionado e tem de ser reforçada. Nestas visitas, tive a oportunidade de conhecer projetos que nasceram dentro da escola, muito também partilha de experiências que existem

"O que eu sempre quis fazer, que gosto de fazer, e que só deixei para exercer funções governativas, é, de facto, ser professor. E por isso a Educação é aquilo que é a minha paixão."

no nosso Sistema Educativo, com a Direção-Geral de Educação e tudo isso, mas são projetos que nascem da dedicação dos professores, em que não é, ou seja, isto não são exercícios de é apenas integrá-los na nossa cultura, é também a própria escola a aprender.

Mas precisam de apoio, não é?

Claro. Mas é também a escola ser mais diversa e mais plural e mais cosmopolita. Porque também é uma riqueza enorme que temos nas nossas escolas. Agora temos estas comunidades tão diversas. O país está a mudar, e é ótimo. Ou seja, porque há muita gente que quer vir para Portugal e quer viver cá. E, por isso, temos de, como país que tem um problema demográfico sério, temos de conseguir aproveitar esta oportunidade.

A Educação foi a paixão do primeiro-ministro António Guterres. Podemos dizer que também é a sua paixão, neste momento, e deste Governo?

A Educação, para mim, foi sempre uma paixão desde aluno. A oportunidade que tive de estudar, que os meus pais não tiveram, por exemplo, percebi sempre isso. Os momentos mais marcantes na minha vida foram sempre dentro da sala de aula. Ou em bibliotecas, sempre. E eu não tinha, sequer, enquanto estudante, planos para ser professor. Depois acabei a dar aulas, porque optei por fazer mestrado. E quando comecei a dar aulas, os outros planos que tinha, fui fazendo outras coisas, mas aquilo que eu quis fazer mesmo e que quero e que gosto, e que só deixei de fazer para estar a exercer funções governativas, há 10 anos e agora, é de facto ser professor. E por isso a Educação é, de facto, aquilo que é a minha paixão.



José Cardoso (ex-IL) cria o Partido Liberal Social.



Renata Cambra (ex-MAS) lança Trabalhadores Unidos.

Novos partidos procuram espaço e fazer a diferença

PROJETOS Partido Liberal Social vai hoje ao Tribunal Constitucional entregar assinaturas, processo agora iniciado pelo Trabalhadores Unidos.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

Os partidos que surgiram nos últimos dez anos tiveram 28,9% dos votos nas últimas Legislativas, com Chega (50), Iniciativa Liberal (8) e Livre (4) a somarem 62 deputados, mas entre as novas forças houve seis que nem se aproximaram de 1%. Ainda assim, é muito provável que o ano termine com mais dois, pois o Partido Liberal Social (PLS) entrega hoje as 7500 assinaturas necessárias no Tribunal Constitucional, e o Trabalhadores Unidos iniciou a recolha no sábado.

Apesar de 19 partidos e coligações terem ido a votos nas Legislativas, os principais promotores dos novos projetos, distantes ideologicamente – José Cardoso, do PLS, foi candidato à liderança da Iniciativa Liberal, enquanto Renata Cambra, do TU, acaba de sair do Movimento Alternativa Socialista –, convergem na crença de que há espaço por ocupar.

"O encaixe do partido no panorama político" foi a preocupação central de Cardoso, pois era essencial perceber se "querem este produto ou não querem". Convicto de que "a perceção à oferta política que o PLS traz é muito positiva", diz ao DN que 70% dos interessados vêm da sociedade civil. Mas entre os que tinham filiação partidária há forte peso de sociais-democratas e de liberais: "Não encontram um lado social na IL e um lado liberal no PSD."

Com a recolha de assinaturas a ser fruto de "otimização completa", em 16 tardes que aproveitaram a concentração de jovens nos festivais musicais da Grande Lisboa, Cardoso admite que o seu antigo partido facilitou a tarefa – "não temos de explicar o que é ser liberal" –, mas a diferença que espera vincar implica apresentar o PLS como "menos ideológico" e com práticas políticas diferentes, no sentido de mais pragmáticas.

"Existe um espaço maior do que as pessoas podem imaginar", diz, apontando o "centrão", onde calcula estar um terço do eleitorado, como "o território que queremos ocupar". E que acredita poder valer entre 5% e 10%, ainda que as Eleições Autárquicas, supostamente as próximas no calendário, em setembro ou em outubro de 2025, sejam missão difícil para um partido recém-criado.

Diferentes são as preocupações de Renata Cambra. Desde já porque, após o Tribunal Constitucional deliberar a favor da liderança de Gil Garcia no MAS, a decisão de recolher as assinaturas para o Trabalhadores Unidos arrancou há poucos dias. Ao DN, admite já ter ouvido, num desses contactos, quem "estava à espera de quando viraríamos a página", pelo que o "processo ligeiramente traumatizante" de sair desse partido acaba por ter vantagens.

"Detetámos erros políticos e organizacionais e sentimos que temos um projeto mais sólido", diz Cambra, para quem "o espaço existe e está cada vez mais esvaziado", pois "não existe nenhum partido de esquerda que seja alternativa ao PS, ao PSD e à extrema-direita".

Para a cabeça de lista do MAS por Lisboa nas Legislativas de 2022, "a esquerda parlamentar está cada vez mais ao centro", vendo na subida do Chega no Algarve e Alentejo, onde mais se sente descontentamento com políticas que a *geringonça* não reverteu, um sinal de que "a esquerda falhou redondamente".

Incerto é que o Trabalhadores Unidos possa participar nas Autárquicas. "Vemos sempre a participação em eleições como tática", diz, para acrescentar que são "um terreno que devemos disputar e traz boas possibilidades".

ÚLTIMOS PARTIDOS A NASCER

2014

Livre
O partido da esquerda ecológica e europeísta, fundado pelo eurodeputado Rui Tavares, que fora eleito pelo Bloco de Esquerda, elegeu a primeira deputada em 2019, mas Joacine Katar Moreira não tardou a passar a não-inscrita. Tavares foi deputado único em 2022, mas dois anos mais tarde, com 3,16%, o partido passou a ter quatro deputados.

2015

Juntos pelo Povo (JPP)
Nascido em Santa Cruz, com base num movimento que conquistara essa autarquia madeirense, onde o partido tem sido hegemónico, é agora a terceira força na Assembleia Regional, com nove deputados.

Partido Democrático Republicano (PDR) – Alternativa Democrática Nacional (ADN)
Fundado por Marinho e Pinto, que fora eleito eurodeputado pelo MPT, não permitiu ao líder ficar no Parlamento Europeu em 2019. Já como ADN, por entre acusações de beneficiar da confusão com a AD, o partido agora liderado por Bruno Fialho teve 102 132 votos em 2024, à beira de obter representação parlamentar.

Nós, Cidadãos (NC)
Fruto de uma convergência de movimentos cívicos, nunca elegeu deputados, mas obteve um triunfo nas Autárquicas de 2017, conquistando a Câmara de Oliveira de Frades. Em 2019, nas Europeias, com Paulo de Morais, teve 1,05% dos votos.

Partido Unido dos Reformados e Pensionistas (PURP)
Nunca foi além de 0,26%. E nas eleições mais recentes nem sequer foi a votos.

2017

Iniciativa Liberal (IL)
Após um início atribulado, com a saída do primeiro presidente, Miguel Ferreira da Silva, e o fracasso nas Europeias de 2019, estreou-se na Assembleia da República, com o deputado único Cotrim de Figueiredo, que sucedeu na liderança a Carlos Guimarães Pinto. Passou a ter oito deputados em 2022 e, já liderado por Rui Rocha e após a saída de muitos, repetiu os oito deputados em 2024.

2018

Aliança
Criado pelo antigo líder do PSD e primeiro-ministro Santana Lopes, não conseguiu eleger para o Parlamento Europeu e a Assembleia da República em 2019. O fundador saiu do partido, conquistando a Câmara da Figueira da Foz como independente, e Paulo Bento e Jorge Nuno Sá foram os líderes seguintes.

2019

Chega
A legalização tardou, com a candidatura mal sucedida de André Ventura nas Europeias de 2019 a ser feita em nome do PPM e PPV. Meses depois foi deputado único, e o Chega teve crescimento exponencial: 12 deputados em 2022 e 50 em 2024. Os 18,07% foram um dos melhores resultados de sempre fora do PSD e PS.

Reagir, Incluir e Reciclar (RIR)
A popularidade de Vitorino Silva, conhecido por "Tino de Rans", ajudou o partido a obter mais de 35 mil votos em 2019. Desde há dois anos liderado por Márcia Henriques, o RIR não repetiu essa fasquia.

2020

Volt Portugal
Teve menos de 12 mil votos nas Legislativas e não chegou a dez mil nas Europeias. Em 2021 fez parte da coligação que elegeu José Manuel Silva presidente da Câmara de Coimbra.

2024

Nova Direita (ND)
Candidata independente à Câmara de Lisboa, a luso-angolana Ossanda Líber demorou quase dois anos até o Nova Direita ser aceite pelo Tribunal Constitucional, a tempo das Legislativas deste ano. Com apenas 16 442 votos, não foi além de 0,25%.



GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Rui Rocha afirma que, tal como o Governo, a IL ainda não sabe como votará o Orçamento do Estado.

IL insiste em revogar "imposto Mortágua"

CRÍTICA Rui Rocha afirma não saber qual é o voto do partido face ao Orçamento do Estado, mas afasta-se do "teatro" entre PSD, PS e Chega.

TEXTO **VÍTOR MOITA CORDEIRO**

A IL apresentou ontem ao Governo um primeiro conjunto de propostas para o Orçamento do Estado para 2025 (OE2025) que têm como objetivo assumido e desassombrado descer a carga fiscal e a despesa pública em percentagem do PIB. Além disso, o partido liderado por Rui Rocha pretende revogar o Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI), que só é pago por particulares e empresas que tenham um valor patrimonial superior a 600 mil euros, conhecido como "imposto Mortágua".

O que a IL propõe é uma quebra fiscal em toda a linha, que inclui uma redução do Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) proporcional às subidas da taxa de carbono decretada pelo Governo e uma atualização no IRS, que passa por limitar este imposto a duas taxas de 15% e 28%, e acabar com o regime dos residentes não-habituais (RNH).

De acordo com o documento da IL, o partido também está preocupado com as tabelas do IRS, pelo que propõe uma atualização dos "limites dos escalões, refletindo a inflação acumulada não-contabilizada pelo PS nas atualizações do Governo anterior".

"Essa atualização não foi feita pelos Governos do PS. Se for feita, atingirá dois dígitos", garantiu Rui Rocha em conferência de imprensa, sublinhando outra ideia que também está expressa no documento partilhado pelo partido: "Impedir que quem ganha o Salário Mínimo Nacional pague IRS".

Nas medidas fiscais avançadas pelos liberais, também surge a insistência na ideia de "facilitar a vida dos trabalhadores independentes", que passa por "aumentar o valor de rendimentos passíveis da isenção do pagamento de IVA para 25 mil euros" e subir o "valor de rendimentos passíveis de isenção de contribuições para a Segurança Social quando o trabalhador acumule o trabalho independente com o trabalho por conta de outrem para 25 mil euros.

Numa crítica assumida ao Chega, PSD e PS, com sucessivas aproximações e afastamentos nas negociações em torno do OE2025, Rui Rocha classificou o "teatro" destes três partidos como "um espetáculo lamentável", que não vai ao encontro dos "anseios dos portugueses".

Rui Rocha afirmou que, apesar de estar a apresentar estas propostas, o partido ainda não tem uma orientação de voto face ao OE2025, mas, completou, "nem o próprio Governo tem uma ideia final sobre a sua proposta".

Isenções afastam parceiros sociais

A ministra do Trabalho, Maria do Rosário Palma Ramalho, ouviu os parceiros sociais sobre a possibilidade de haver isenção de contribuições e impostos nos prémios de produtividade por desempenho, e, segundo o secretário-geral adjunto da UGT, Sérgio Monte, o Governo está disponível para avançar com a ideia, mas "uma parte ficaria em dinheiro e a outra parte seria canalizada para um fundo complementar de pensões". Porém, a vontade do Governo não ficou firmada por escrito. Já o líder da CGTP, Tiago Oliveira, deixou claro que "não é com prémios" que os portugueses ultrapassam as dificuldades. (*Veja mais na pág. 16*).



Opinião
Luís Newton

Imigração e segurança

O desafio de construirmos uma sociedade mais justa, progressiva e humana, representa uma vontade coletiva de evoluirmos.

Porém, na natureza humana, como contraponto a estes valores, também encontramos crueldade e egoísmo.

A sociedade pós-moderna em que vivemos balança entre estes extremos, desestabilizando-nos, pressionando-nos, desafiando-nos.

O político, em democracia, emana da comunidade que pretende servir, e é por isso um reflexo dessa comunidade. Encontramos na política quem queira projetar aspirações comunitárias e quem queira projetar inseguranças comunitárias, alimentando ignorância nos argumentos e procurando abrir um fosso.

Recentemente, a segurança e a imigração transformaram-se no campo de batalha que ameaça destruir o que nunca permitimos que fosse destruído: a nossa unidade.

A gestão socialista dos últimos anos trouxe-nos um sistema de imigração de portas escancaradas, permitindo um fluxo de entrada em Portugal sem quaisquer condições para a dignidade da pessoa humana.

Fez bem Luís Montenegro em denunciar essa situação e implementar medidas para a reverter, como fez bem em determinar a obrigatoriedade da aprendizagem do Português para quem procura a nacionalidade portuguesa. Nem portas fechadas, nem portas escancaradas.

Em Lisboa, são muitas as cicatrizes desse descontrolo socialista. As portas escancaradas potenciaram desde o "sistema da cama quente", às casas onde moram dezenas ou às tendas espalhadas pelas avenidas. Tudo indigno, desumano e imoral, contribuindo para a nossa vergonha coletiva e servindo de combustível para os extremismos.

Nessa indignidade destacam-se os imigrantes que, de acordo com os dados do relatório anual do Observatório das Migrações, executam trabalhos mal pagos e mais arriscados e trabalham semanalmente mais horas do que os trabalhadores nacionais.

Por isso, como podemos servir todos, todos, todos, se uns, explorando o sentimento de insegurança, cavam um fosso que mina a essência da vida em democracia?

Imigração não é insegurança. Mas temos, sem dúvida, um problema de perceção.

Por isso é fundamental refletir abertamente sobre o sentimento de insegurança que é discutido em família ou no café, afirmando perentoriamente que o crime não tem dialeto, nem sotaque. Crime é crime. É o incumprimento da legislação portuguesa. Ponto.

Enquanto sociedade, a resposta a estes desafios só acontece com a capacitação e dignificação das forças de segurança, e com mais investimento para termos mais polícias nas ruas.

> **"As portas escancaradas potenciaram desde o 'sistema da cama quente', às casas onde moram dezenas ou às tendas espalhadas pelas avenidas."**

Presidente da Concelhia do PSD de Lisboa



Opinião
Joaquim Formeiro Monteiro

A questão esquecida de Olivença

Em 20 de Maio de 1801, Portugal foi invadido pela Espanha, sem qualquer razão ou motivo, que não fosse a ambição desta em repartir o País entre si e a França napoleónica, com que se tinha, entretanto, aliado.

Também, não terá sido alheio à campanha militar a vaidade e o reconhecido oportunismo político do comandante das forças invasoras, Manuel Godoy, valido da coroa de Espanha e favorito da rainha consorte, Maria Luísa, à época.

Foi a denominada "Guerra das Laranjas", da qual resultou a perda definitiva (?) da Praça de Olivença, em que o desastre militar e a incompetência política que lhe estiveram na génese, reflectiram bem a falta de capacidade e a desmoralização das forças lusas, na altura.

Na verdade, o poder político há muito que tinha votado, na prática, ao estado de abandono as questões da Força Armada e da Defesa do reino, sendo responsável por um Exército desorganizado, mal comandado, com os efectivos diminuídos, as fortalezas desmanteladas e defendidas escassamente em homens e em armas, e estas, por sua vez, envelhecidas e em deficiente estado de funcionamento, na maioria dos casos.

Mais tarde, em 1817, a Espanha viria a reconhecer a soberania portuguesa sobre Olivença, quando subscreveu o diploma resultante do Congresso de Viena (1815), comprometendo-se à devolução dos territórios ilegalmente, por si, anexados, compromisso que, entretanto, como se sabe, nunca veio a cumprir.

Embora, Portugal nunca tenha reconhecido a soberania espanhola sobre a região, em linha com o estipulado pelo *Tratado de Alcanizes* (1297) sobre o traçado da fronteira luso-castelhana, contudo também nunca assumiu a vontade de reivindicar, de modo firme e determinado, os territórios usurpados.

Decorridos mais de dois séculos sobre a anexação de Olivença, a Espanha continua a manter uma política de facto consumado sobre esta questão, da qual, tudo indica, não tenciona desviar-se, não considerando qualquer diálogo político e diplomático com Portugal, como recentemente bem ficou patente nas palavras do presidente do Governo da Extremadura espanhola, ao afirmar que: "…Olivença é espanhola desde 1801 e vai continuar a ser…"

Tamanha arrogância não se deverá estranhar, uma vez que, na realidade, a Espanha tem-se limitado a apostar no silêncio cúmplice do Estado português e da sua diplomacia sobre a exigência que deveria colocar, sem dilações, nem reservas, no respeito dos direitos que lhe assistem sobre uma parcela do território nacional, que lhe foi retirado ilegalmente, e pela força.

A passividade e o conformismo da posição portuguesa sobre o assunto ficaram mais uma vez evidentes numa recente entrevista do ministro dos Negócios Estrangeiros português a um periódico nacional, quando, nas vésperas de uma cimeira luso-espanhola, questionado sobre a questão de Olivença, afirmou: "…a posição do Governo português é a posição de todos os Governos anteriores. Esse ponto não é um assunto que esteja na agenda… não consta da mesma, nem constará... portanto, a posição do Governo português é a posição de sempre…" Assim, por outras palavras, quem cala, consente, dizemos nós…

> "Decorridos mais de dois séculos sobre a anexação de Olivença, a Espanha continua a manter uma política de facto consumado sobre esta questão, da qual, tudo indica, não tenciona desviar-se."

De assinalar, ao invés, a posição espanhola no empenhamento que assume relativamente a Gibraltar, reclamando, de forma reiterada, os direitos que entende ter sobre o território, cedido à Inglaterra, nos termos do *Tratado de Utrech*, em 1719.

Tudo isto vem a propósito das interpretações críticas e abusivas das palavras do ministro da Defesa Nacional, aquando das comemorações do *Dia do Regimento de Cavalaria n.º 3*, em Estremoz, unidade centenária do Exército Português, sediada que foi em Olivença, até à data da sua anexação, em1801.

Fazedores de opinião, alguns a soldo de interesses pouco claros, outros, simplesmente, para fazerem prova de vida, a par de algumas entidades políticas – estas por ignorância ou mero oportunismo partidário –, apressaram-se a criticar vivamente as afirmações do ministro, que falou, a título pessoal, sobre a questão de Olivença, da ilegalidade da sua anexação e sobre a indiscutível soberania que Portugal deveria deter sobre aquela parcela do território nacional, e que à luz do direito internacional, tem o dever de reclamar.

Ao classificarem as palavras do ministro como mera retórica nacionalista e passadista, considerando-as, mesmo, como uma afronta às boas relações entre os dois Estados peninsulares, prestaram um mau serviço à verdade dos factos, bem como ao direito a uma informação rigorosa e independente, por parte dos portugueses.

Reacções desta natureza enquadram-se no manto do silêncio comprometido que tem pairado sobre a questão de Olivença, sobre a falta de informação e do debate público que se impunha, a par do desconhecimento das diligências que o Estado português e a diplomacia nacional, obrigatoriamente, deveriam perseguir, no sentido da reposição integral da soberania territorial do País.

O Ministro não mentiu, nem faltou à verdade, limitando-se a dizer que Portugal não deve esquecer a anexação ilegal de uma parcela do seu território, de que foi alvo há dois séculos.

Igualmente, não mentiu, quando afirmou que, de acordo com o tratado aceite e subscrito por Espanha, em 1817, como país ocupante, Olivença deverá voltar à posse de Portugal, sem quaisquer condicionalismos ou reservas.

Contudo, verdadeiramente estranho é que aqueles que tanto clamaram contra as palavras do ministro se indignem contra a ocupação russa de territórios da Ucrânia e, ao mesmo tempo, desvalorizem e pareçam pouco importar-se com a usurpação de uma parcela do território de que o seu próprio País foi vítima, há mais de duzentos anos…

Olivença sempre foi, e é, Portuguesa.

Tenente General.
Escreve sem aplicação do novo Acordo Ortográfico.

Celebração do 25 de Novembro divide AR

O deputado do PS Pedro Delgado Alves considerou o formato proposto para a sessão evocativa do 25 de Novembro, aprovada a 11 de junho, com votos favoráveis do PSD, CDS, Chega e IL, uma "mimetização" da comemoração do 25 de Abril, que não era desejável, e sugeriu o adiamento da discussão a seu respeito, revelou a súmula da Conferência de Líderes divulgada ontem.

De acordo com o deputado socialista, seria relevante fazer um prévio levantamento de outras sessões solenes como, por exemplo, a *Sessão Solene Evocativa da Aprovação da Constituição de 1822*, no âmbito das *Comemorações do Bicentenário do Constitucionalismo*".

O líder parlamentar do CDS-PP, Paulo Núncio, concordou com o modelo proposto distribuído, "admitindo que podiam ser acrescentados outros elementos e convites a associações e personalidades relacionadas com o 25 de Novembro" e defendeu que estava em causa uma cerimónia que não é ocasional, mas anual, parecendo-lhe "a *Sessão Solene do 25 de Abril* o modelo comparativo mais adequado".

Já a líder parlamentar do PCP, Paula Santos, quis "deixar expresso o seu desacordo [quanto] à realização desta celebração".

O presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, "entendeu que valia a pena proceder ao levantamento de antecedentes relativamente às sessões solenes, que solicitou aos serviços" com o objetivo de serem debatidos na próxima Conferência de Líderes. **DN/LUSA**



Opinião
Pedro Tadeu

E ir para a rua gritar?...

Temos a guerra na Ucrânia com, de um lado, o presidente Vladimir Zelensky a voltar aos Estados Unidos da América com um plano para, jura ele, vencer a guerra, desde que os líderes políticos, atuais ou futuros, da nação mais poderosa do mundo o autorizem a lançar mísseis fornecidos pela NATO contra território russo.

Temos Moscovo a anunciar que preparou as instalações do complexo nuclear de Nova Zemlya, no Ártico, para fazer testes com bombas atómicas, os primeiros desde 1990, depois de o presidente Vladimir Putin ter declarado que, para ele, se os norte-americanos autorizarem os ucranianos a explodir os tais mísseis em território russo, tal significará que os países da NATO (incluindo, portanto, Portugal) terão entrado em guerra com a Rússia.

Temos a guerra contra a Palestina (43 mil mortos, já documentados, desde o dia 7 de outubro, após o ataque terrorista do Hamas) a escalar para um provável conflito de Exércitos no Líbano onde, entretanto, já morreram mais de 700 pessoas. Contam-se pelo menos 50 crianças entre as vítimas de ataques aéreos israelitas. No norte de Israel há 60 mil pessoas que fugiram de suas casas por causa das bombas que vêm do Líbano.

> **Temos, portanto, quer queira ou não queira, Portugal a envolver-se com uma eminente guerra nuclear (...). Como podemos continuar passivos perante este fim do mundo?"**

Aqui aconteceu o distópico episódio da morte enviada por comando remoto contra uma população indiscriminada, através do acionamento de explosivos em *pagers* e *walkie-talkies* sabotados no seu fabrico. Este ataque, atribuído pela imprensa a Israel, provocou 32 mortes e três mil feridos, e entre as vítimas estão muitos civis e trabalhadores de serviços sociais e de saúde que utilizam este tipo de aparelhos.

Temos o Exército israelita e as forças do Hezbollah a disparem *rockets* uns contra os outros e toda a gente prevê uma invasão do Líbano por Israel, nas zonas dominadas pela força xiita, o que provavelmente vai acicatar retaliações do Irão e de vários grupos anti-israelitas que operam na região.

Temos um navio com bandeira portuguesa, pertencente a um armador alemão, que carrega e transporta explosivos cujo destino final, depois de umas voltas, será Israel, associando o nosso país, aos olhos de uma parte do mundo, ao genocídio que o Governo de Benjamin Netanyahu está a cometer na Faixa de Gaza.

Oficialmente o Governo de Luís Montenegro, por um lado, lembra que proibiu a exportação de armamento para aquele país, mas, por outro lado, contenta-se em dizer que retirar a bandeira portuguesa a esse navio "é matéria juridicamente complexa", o equivalente contemporâneo ao bíblico "lavo daí as minhas mãos".

Temos, portanto, quer queira ou não queira, Portugal a envolver-se, por um lado, com uma eminente guerra nuclear que ameaça destruir a civilização e, por outro lado, a comprometer-se com um aparente apoio a um Governo responsável pelo maior crime contra a Humanidade cometido no século XXI.

Como podemos continuar passivos perante este, literalmente, fim do mundo?... E que tal ir para a rua gritar?

Jornalista



Opinião
Jorge Costa Oliveira

Northvolt, da luz na noite europeia ao incerto raiar da Aurora

A Northvolt, empresa pioneira na produção de baterias elétricas na Europa, construiu (2018-2020) a sua primeira fábrica sueca em Skellefteå e anunciou planos para outras fábricas na Europa e no Canadá. Fortemente apoiada pelo Governo sueco, pelo BEI e pelo Banco de Investimento Nórdico, conseguiu atrair importantes investidores – VW, Goldman Sachs, Vargas Holding, ATP, Bailie Gifford, AP Funds, AMF, BMW.

A Northvolt conseguiu captar >US$ 50 mil milhões (mM$) em encomendas das principais montadoras e grupos industriais da Europa (sobretudo da VW, da Volvo e da BMW) e levantou avultados fundos – >15 mM$ em capital, dívida e ajudas estatais, dos quais 4,5mM$ em capital e 9,3mM$ em dívida, bem como 3,8mM$ em ajudas estatais da Alemanha e do Canadá para construir futuras gigafábricas.

A Northvolt pretendia produzir 32 gigawatts-hora (GWh) até 2023; todavia, em 2023, produziu <1GWh, tendo empurrado a meta de 32GWh para 2026. A empresa registou um prejuízo líquido de 1,2mM$ (4x maior do que em 2022) e o património líquido no seu balanço caiu de 3,9mM$ no início de 2022 para 2,1mM$ no final de 2023, tendo 3,8mM$ de dívida convertível.

> **Até agora a Northvolt não disse uma palavra sobre o projeto *Aurora Lithium*, uma refinaria de lítio em Portugal em parceria com a Galp."**

Em junho de 2024, a BMW cancelou uma encomenda no valor de 2mM$ devido a atrasos e preocupações com a qualidade das baterias. A situação financeira da empresa não é famosa e o Governo sueco recusou efetuar o resgate da empresa.

Em junho, a Northvolt abandonou os planos para construir uma fábrica em Borlänge, na Suécia, e está a encerrar as operações de desenvolvimento de baterias da sua subsidiária Cuberg em São Francisco, nos EUA. "Desacelerou" os programas e a expansão da Northvolt Labs (unidade de I&D na inovação em baterias) em Västerås, na Suécia. Anunciou que procura parceiros e investidores para a produção de sistemas e pacotes de baterias da Northvolt Dwa (em Gdańsk, na Polónia). Declarou "continuar comprometida" com os projetos Northvolt Six (Canadá), Northvolt Drei (Alemanha) e NOVO (Suécia), mas muitos analistas consideram que os planos para estas novas gigafábricas enfrentam um futuro incerto.

Os constrangimentos financeiros obrigaram a Northvolt a diminuir a sua ambição, focando-se, por ora, na fabricação de células elétricas, e a operação na Suécia é objeto de um redimensionamento (com 1600 despedimentos).

Até agora a Northvolt não disse uma palavra sobre o projeto *Aurora Lithium*, uma refinaria de lítio em Portugal em parceria com a Galp. Apesar do reiterado empenho da Galp, estará a Northvolt em condições de honrar o compromisso de adquirir metade da produção de hidróxido de lítio para fabricação de cátodos de baterias elétricas, quando acabou de anunciar que vai "colocar as operações na instalação de produção de material ativo catódico em cuidados e manutenção até novo aviso"?

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira

Ordem de Moedas põe polícias municipais em risco de serem acusados de abuso de poder ou sequestro

LISBOA Autarca diz ter dado ordem à Polícia Municipal para "começar a deter pessoas". "Um disparate e um perigo", diz Rui Moreira. E há quem alerte: "Agentes podem ser acusados de abuso de poder ou sequestro." Instalações daquela polícia não têm, sequer, salas para detidos.



Declarações de Carlos Moedas vieram reacender debate sobre as competências das Polícias Municipais.

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO**

A Polícia Municipal (PM) já efetua detenções – desde que em flagrante delito. Essa possibilidade está estatuída desde 2004 na lei que regula a atividade destas forças de segurança. Não será, pois, para anunciar algo que existe há mais de 20 anos que o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, afirmou esta segunda-feira à SIC ter dado ordens ao comandante da Polícia Municipal, José Carvalho Figueira, para que os agentes "comecem a deter pessoas", informando até que "as detenções já estão a acontecer" – o que qualificou como "uma grande mudança na filosofia de atuar na cidade".

Mudança que deixa estarrecido o seu homólogo portuense, Rui Moreira. Este, em declarações ao DN, qualifica a ordem anunciada como "um perigo e um disparate", considerando que autarcas terem órgãos de investigação criminal na respetiva competência – que crê ser o que resulta da pretensão de Carlos Moedas – "viola a Constituição" e equivaleria a "avançar para o modelo americano dos xerifes", abrindo "uma Caixa de Pandora".

As Polícias Municipais de Lisboa e do Porto, diz Moreira, "são constituídas por agentes da PSP, é verdade. Mas a nossa função não é investigação criminal. Acho aliás que viola princípios da Constituição. Há competências que o Estado não pode delegar, nem sequer para as autarquias, não pode descentralizar. O Estado tem o monopólio da força, quer da defesa das fronteiras, quer da segurança interna. E isso não pode ser distribuído através de 308 municípios, não faz sentido nenhum. Nem que houvesse regionalização estaria de acordo em que se descentralizasse essa competência. Porque, senão, estamos a avançar para o modelo americano dos xerifes."

Também uma fonte ligada à Câmara de Lisboa, que conhece bem a respetiva PM, reputa o anúncio de Moedas de "estranho", aventando que terá sido "mal aconselhado".

"O Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República [PGR] afirmou taxativamente, num parecer de 2008, que as Polícias Municipais não são órgãos de polícia criminal. Esse parecer continua em vigor, e o presidente da Câmara de Lisboa não tem competência para, sequer, pedir outro ou uma aclaração deste à PGR. Quem pode fazê-lo é o Ministério da Administração Interna [MAI]", explica esta fonte.

"Até existir essa aclaração, ou uma alteração do parecer, não podem ser dadas ordens aos agentes em relação às quais eles possam sentir-se inseguros. Têm de ter garantias jurídicas da sua atuação, porque se o Ministério Público não concordar com uma detenção, os agentes correm o risco de ser acusados de crimes de abuso de poder ou sequestro." Acresce, informa, que "a Polícia Municipal de Lisboa não tem, sequer, instalações para deter alguém, não tem salas de detenção."

> *"Não podem ser dadas ordens aos agentes em relação às quais eles possam sentir-se inseguros. Têm de ter garantias jurídicas da sua atuação, porque se o Ministério Público não concordar com uma detenção, os agentes correm o risco de ser acusados de crime."*

"Estão vedadas às PM as competências próprias de órgãos de polícia criminal", diz PGR

Por outro lado, prossegue o mesmo emissor, "a PM de Lisboa, para as inúmeras competências que tem, precisa de um efetivo de 800 agentes – e terá metade. É verdade que existe um crescimento do sentimento de insegurança na cidade, mas esse sentimento de insegurança também advém do ruído, da falta de iluminação, do estacionamento ilegal, do trânsito caótico, da falta de higiene urbana. As pessoas queixam-se de falta de fiscalização nessas áreas, e pretende-se dar ainda mais responsabilidades à PM? Já existe uma força territorialmente competente na zona para proceder a investigação criminal: é a PSP."

De facto, no referido parecer do Conselho Consultivo da PGR, efetuado em 2008 a pedido do Ministério da Administração Interna, as Polícias Municipais são definidas como "serviços municipais especialmente vocaciona-



REINALDO RODRIGUES / GLOBAL IMAGENS

dos para o exercício de funções de polícia administrativa no espaço territorial correspondente ao do respetivo município", que "não constituem forças de segurança, estando-lhes vedado o exercício de competências próprias de órgãos de polícia criminal."

E conclui-se: "Não sendo as Polícias Municipais órgãos de polícia criminal, está vedado aos respetivos agentes a competência para a constituição de arguido."

Asserções que em 2018, a pedido da Câmara do Porto, a Procuradoria-Geral Distrital frisou serem vinculativas: "Reconhecendo-se embora que esta conclusão poderá não estar completamente adaptada ao atual quadro funcional das Polícias Municipais de Lisboa e Porto, o parecer é vinculativo (…)."

O que significa que para o Ministério Público as PM não podem efetuar detenções fora das circunstâncias já previstas na Lei n.º 19/2004 (Lei da Polícia Municipal), no respetivo artigo 3.º, número 3: "Os órgãos de polícia municipal têm competência para o levantamento de auto ou o desenvolvimento de inquérito por ilícito de mera ordenação social, de transgressão ou criminal por factos estritamente conexos com violação de lei ou recusa da prática de ato legalmente devido no âmbito das relações administrativas."

No número 4 do mesmo artigo fica claro que qualquer detido pelas Polícias Municipais em flagrante deve ser entregue ou ao MP ou às polícias com competência criminal: "Quando (…) os órgãos de Polícia Municipal diretamente verifiquem o cometimento de qualquer crime podem proceder à identificação e revista dos suspeitos no local do cometimento do ilícito, bem como à sua imediata condução à autoridade judiciária ou ao órgão de polícia criminal competente."

MAI deverá pedir novo parecer à Procuradoria

Não se trata pois, como o edil do Porto sublinha, de uma diferença de opinião política; está em causa uma questão de legalidade, a qual, de resto, Carlos Moedas admitiu, nas declarações citadas, ainda não ter clarificado: "Depois podemos clarificar em termos jurídicos, mas as Polícias Municipais são polícias de Segurança Pública."

Ontem, ao fim do dia, o presidente da CML tentou esclarecer o sentido das suas declarações: "A Polícia Municipal está na rua e, se houver um crime, a Polícia Municipal – que, repito, são polícias de Segurança Pública – tem de atuar. Eu dei essa indicação ao comandante e posso dizer que, em Lisboa, todos os dias tem havido esse tipo de detenções, mas, obviamente, depois tem de chamar a PSP."

Precisando que a "orientação" foi por si dada "há mais de um ano" ao comandante José Carvalho Figueira, o autarca lamenta que as detenções estejam dependentes da chegada ao local da PSP, considerando que essa exigência legal "cria uma perceção errada sobre a Polícia Municipal".

Até ao momento, o MAI não se pronunciou sobre a ação de Carlos Moedas, tendo, em resposta ao *Expresso*, reconhecido que "os poderes da Polícia Municipal (…) estão previstos na lei aplicável", mas que face às respetivas declarações "a matéria está a ser analisada do ponto de vista técnico-jurídico". O que quererá dizer que vai pedir um novo parecer à PGR.

"O povo merece o SNS", gritaram médicos na rua

Em dia de greve, uma centena e meia de médicos de todo o país, segundo dados da Federação Nacional dos Médicos, estiveram ontem concentrados em frente ao Ministério da Saúde como forma de luta para "salvar o SNS". "O povo merece o SNS", "Não calamos, não calamos, a saúde é de todos" e "Ana chegou e a saúde já piorou" foram algumas das palavras de ordem usadas. No final, o que exigem é serem "tratados com respeito".



REINALDO RODRIGUES

Mesmo sem consultas, utentes apoiam greve

SNS Enfermeiros e médicos ausentes e alguns doentes ficaram sem consulta no Centro de Saúde de Sete Rios. Greve prossegue hoje.

TEXTO **ISABEL LARANJO**

Às 8:30 da manhã já há muitas pessoas à espera no Centro de Saúde de Sete Rios, em Lisboa. Logo na entrada, o aviso: "Devido à greve de médicos e enfermeiros poderá haver alguns constrangimentos." E houve. "Vim para a minha filha ser observada, é uma menina de 4 anos e parece-me ser varicela", começa por contar Sofia Figueira, 42 anos, com a criança pela mão. Sofia deslocou-se ao Centro de Saúde de Sete Rios. "Disseram-me que hoje não era possível ela ser vista, nem amanhã. Agora vou para o hospital. Se não me receberem, ligo para a Saúde 24", atalha esta mãe.

Natália Sardeco, 85 anos, descobriu que não tem médico de família depois de a anterior clínica lhe ter mandado marcar consulta nesta altura. "Vim para marcar a consulta e não consegui. Eu tinha médica de família e só hoje, quando aqui cheguei, é que me disseram que se foi embora, não me deram mais explicações", lamenta. "Agora, só a partir de 1 de outubro é que posso marcar consulta", resigna-se.

Ainda assim, Natália Sardeco compreende a luta dos profissionais de saúde: "Sabe, eu acho muito bem que eles façam greve! Porque o que é prometido é para ser cumprido. Se não cumprem com os médicos e os enfermeiros, é assim."

Ana Paula Rodrigues, 57, tinha análises urgentes para mostrar à médica. "Ela não está e há vários médicos que não estão", revela a paciente, no mesmo ponto de Lisboa. "No meio deste caos arranjaram-me uma solução: como as minhas análises são mesmo urgentes, pediram-me que voltasse ainda hoje, mas mais tarde. Quanto à greve, acho bem, eles têm de se defender", resume.

O DN falou com diversos utentes deste centro de saúde e apercebeu-se de que, apesar da paralisação de enfermeiros e médicos, muitos conseguiram ter acesso às consultas ou tratamentos que tinham marcados.

Entre os que não conseguiram estava Maria Fernanda Freire, 74 anos, que se mostrava revoltada: "Somos tratados pior do que os animais. Andamos a descontar anos e anos a fio para depois não termos nada", lamenta a septuagenária. As lágrimas começam a cair-lhe pelo rosto, está nervosa. "Vim aqui no sábado, de urgência, porque tenho nódulos na tiroide e agora tenho um alto no pescoço que me dói muito. Marcaram-me uma ecografia à tiroide, mas eu perdi a prescrição. Agora vim cá e disseram que hoje e amanhã não me conseguiam ajudar."



Opinião
Pedro Moura

Comunidades energéticas: um catalisador para o desenvolvimento sustentável

As comunidades energéticas (CE) são, indiscutivelmente, uma inovação transformadora no atual panorama energético global. Representam um avanço significativo na maneira como a energia é percebida, gerida e distribuída, refletindo uma tendência irreversível em direção à sustentabilidade e à autonomia energética. Ao promoverem o autoconsumo e a partilha de recursos, estas comunidades estão a reformular o papel dos cidadãos no ecossistema energético, transformando-os de consumidores passivos em agentes ativos e informados. Este é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, onde cada indivíduo desempenha um papel vital na luta contra as alterações climáticas e na promoção de um futuro energético mais verde e resiliente.

Ao integrar tecnologias digitais de ponta, como a *blockchain* e plataformas de gestão inteligente, as comunidades energéticas colocam-se na vanguarda da inovação, impulsionando não só a sustentabilidade ambiental, mas também a Justiça Social.

Embora existam desafios regulatórios e técnicos, estes não são obstáculos intransponíveis. Pelo contrário, o desenvolvimento tecnológico tem vindo a revolucionar a forma como a energia é produzida, distribuída e consumida, permitindo uma gestão mais eficiente e alinhada com os princípios da economia de partilha. À medida que as políticas públicas evoluem e o suporte tecnológico se consolida, as comunidades energéticas têm o potencial de se tornar pilares fundamentais de um sistema energético mais resiliente, inclusivo e equitativo.

Estas comunidades não representam apenas uma mudança na forma como pensamos e interagimos com a energia; são também um verdadeiro catalisador para o desenvolvimento sustentável.

Ao reduzir custos, gerar renda local e promover a produção e consumo de energia renovável, as comunidades energéticas estão na linha da frente na luta contra as alterações climáticas. São uma prova concreta de que o crescimento económico pode ser conciliado com a responsabilidade ambiental.

Este modelo descentralizado de produção energética pode muito bem ser a chave para garantir um futuro mais verde, próspero e justo.

Portugal tem demonstrado um compromisso sólido com esta transição para um sistema energético mais sustentável, particularmente através do apoio às comunidades de energia eenovável. O Decreto-lei 162/2019 estabeleceu um quadro jurídico que facilita o autoconsumo de energia renovável e a criação de comunidades energéticas, permitindo aos cidadãos não só produzir e consumir a sua própria energia, mas também partilhá-la, armazená-la e vender o excedente.

Além disso, o lançamento de um programa de financiamento de 30 milhões de euros para apoiar a criação de comunidades de energia renovável e projetos de autoconsumo coletivo é um reflexo do esforço contínuo do país para promover a participação ativa dos cidadãos na transformação energética.

Estas medidas, aliadas a investimentos em projetos inovadores, demonstram que Portugal está a caminhar firmemente na direção de uma gestão local e sustentável da energia, reforçando o apoio às necessidades energéticas dos cidadãos.

As iniciativas legislativas da União Europeia e os esforços de países como Portugal são testemunhos claros do potencial transformador das comunidades energéticas. Ao incentivar o uso de energias renováveis e fomentar a cooperação e inovação, estas comunidades estão a abrir caminho para um futuro energético mais limpo, interconectado e socialmente justo.

Responsável do Phygital da Minsait em Portugal, uma empresa da Indra



Opinião
Francisco George

Opinião pessoal (XXXVIII)

Em agosto, nos habituais alfarrabistas de fim de semana da Feira de Colares, comprei um exemplar das *Crónicas de Fernão Lopes*, da Portugália Editora. Ao ter topado esta edição na banca, no meio de dezenas de outros livros usados, logo decidi pela compra. Ainda por cima, a prosa original de Fernão Lopes estava transposta para português moderno pelo historiador António José Saraiva (1917--1993) que assina, também, a introdução. Aliás, este texto introdutório, só por si, é imperdível, sublinho.

Fernão Lopes (1385-1460) foi guarda-mor da Torre do Tombo e, por decisão de Dom Duarte, acumulou este cargo com o de cronista-mor do reino, com a incumbência de escrever a história dos reis de Portugal.

Ora, vou relatar, de forma resumida, um dos episódios aí descritos por Fernão Lopes que foi passado no reinado de Dom Pedro I (1320-1367) e que certifica a fama de justiceiro cruel e de déspota do nosso oitavo rei.

> **"A crueldade do castigo imposto pelo rei Dom Pedro ao seu escudeiro fez-me lembrar, por associação de ideias, do atraso civilizacional que representaria a aprovação de penas semelhantes para determinados crimes de natureza sexual, ainda hoje defendidas por alguns políticos retrógrados."**

Centremo-nos na Idade Média e atentemos no rigor da sentença aplicada por iniciativa própria do rei, tal como é descrita no texto de Fernão Lopes:

"Como El-Rei mandou capar um seu escudeiro porque dormia com uma mulher casada": Dom Pedro, ao saber que o seu escudeiro Afonso Madeira seduziu Catarina que era uma mulher "briosa, louçã, e muito elegante, de graciosas prendas e de boa sociedade", mas que era casada com o corregedor Lourenço Gonçalves da corte do rei "mandou-o tomar na sua câmara e corta-lhe aqueles membros que os homens em maior apreço têm. Afonso Madeira foi pensado e curou-se, mas engrossou nas pernas e no corpo e viveu alguns anos com o rosto engelhado e sem barba. Morreu depois, de sua morte natural."

Conclusão médica: a pena de castração aplicada pelo rei Dom Pedro a Afonso teve como consequência impedir a secreção fisiológica de testosterona que é a hormona masculina produzida pelas células de Leydig dos testículos.

A descoberta da testosterona foi possível apenas em 1935. Como se sabe é a hormona responsável pelas características masculinas, incluindo o crescimento dos pelos e da barba. Compreende-se, assim, que o "pobre" do Afonso Madeira tenha perdido a barba.

Conclusão civilizacional: a crueldade do castigo imposto pelo rei Dom Pedro ao seu escudeiro Afonso Madeira fez-me lembrar, por associação de ideias, do atraso civilizacional que representaria a aprovação de penas semelhantes para determinados crimes de natureza sexual, ainda hoje defendidas por alguns políticos retrógrados. Por isso, é importante salientar que Fernão Lopes relata este episódio que aconteceu há mais de 660 anos, na Idade Média, portanto.

Conclusão moral: Pedro I, casado com Constança, foi amante de Inês de Castro e de outras mais.

Ex-diretor-geral da Saúde
franciscogeorge@icloud.com

PUBLICIDADE

emprego

O Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças faz público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do 1.º dia de publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP), procedimento concursal para provimento do cargo de **DIRETOR/A** do Departamento de Serviços Financeiros, de entre indivíduos licenciados sem vínculo à Administração Pública.

25 de setembro de 2024

O Diretor-Geral
José Carlos Azevedo Pereira

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE SÃO JOSÉ | 40 SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE 1979-2019 | REPÚBLICA PORTUGUESA SAÚDE

Área de Gestão de Recursos Humanos

MINISTÉRIO DA SAÚDE

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, EPE

AVISO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 41/2024, de 21 de junho, e do Despacho n.º 7097-A/2024, retificado pelo Despacho n.º 7459-A/2024, e por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E., de 11-07-2024, faz-se público que se encontra aberto procedimento concursal comum, destinado ao **preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na especialidade de Estomatologia, na categoria de assistente da carreira médica, do mapa de pessoal desta Unidade Local de Saúde**, para constituição de relação jurídica de emprego, mediante celebração de contrato de trabalho sem termo, no âmbito do Código do Trabalho, cujo aviso de abertura foi publicitado pelo aviso n.º 21175/2024/2, inserto no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 185, de 24-09-2024, cujo prazo de entrega de candidaturas é de 5 (cinco) dias, contados da dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

Para mais informações, consultar a página eletrónica da ULSSJosé, EPE, **https://www.chlc.min-saude.pt/concursos-de-admissao-de-pessoal/**, onde estão disponíveis as informações complementares para formalização do processo de apresentação de candidaturas.

Unidade Local de Saúde de São José, EPE, 24 de setembro de 2024

A Diretora da Área de Gestão de Recursos Humanos
Maria Adelaide Oliveira Canas

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE SÃO JOSÉ | 40 SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE 1979-2019 | REPÚBLICA PORTUGUESA SAÚDE

Área de Gestão de Recursos Humanos

MINISTÉRIO DA SAÚDE

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, EPE

AVISO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 41/2024, de 21 de junho, e do Despacho n.º 7097-A/2024, retificado pelo Despacho n.º 7459-A/2024, e por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E., de 11-07-2024, faz-se público que se encontra aberto procedimento concursal comum, destinado ao **preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na especialidade de Cardiologia, na categoria de assistente da carreira médica, do mapa de pessoal desta Unidade Local de Saúde**, para constituição de relação jurídica de emprego, mediante celebração de contrato de trabalho sem termo, no âmbito do Código do Trabalho, cujo aviso de abertura foi publicitado pelo aviso n.º 21176/2024/2, inserto no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 185, de 24-09-2024, cujo prazo de entrega de candidaturas é de 5 (cinco) dias, contados da dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

Para mais informações, consultar a página eletrónica da ULSSJosé, EPE, **https://www.chlc.min-saude.pt/concursos-de-admissao-de-pessoal/**, onde estão disponíveis as informações complementares para formalização do processo de apresentação de candidaturas.

Unidade Local de Saúde de São José, EPE, 24 de setembro de 2024

A Diretora da Área de Gestão de Recursos Humanos
Maria Adelaide Oliveira Canas

REPÚBLICA PORTUGUESA SAÚDE | 40 SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE 1979-2019 | UNIDADE LOCAL DE SAÚDE SÃO JOSÉ

MINISTÉRIO DA SAÚDE

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, EPE

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO DE TÉCNICOS SUPERIORES DAS ÁREAS DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA – PROFISSÃO DE FARMÁCIA

Faz-se público que por deliberações do Conselho de Administração de 07-08-2024 foi autorizada a abertura de **Procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento para contratação de técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica – profissão de Farmácia**, cujo aviso de abertura foi publicitado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 184, de 23/09/2024 – Aviso n.º 21079/2024/2, cujo prazo de entrega das candidaturas é de 10 (dez) dias úteis, contados do dia seguinte ao da publicação do aviso no *Diário da República*.

Para mais informações consultar o sítio da Internet do CHULC, E.P.E, **https://www.chlc.min-saude.pt/concursos-de-admissao-de-pessoal/**, onde estão disponíveis as informações complementares para formalização do processo de apresentação de candidaturas.

Unidade Local de Saúde de São José, EPE, 23 de setembro de 2024

A Diretora da Área de Gestão de Recursos Humanos
Maria Adelaide Canas

---

necrologia



BALTAZAR DOS REIS FERREIRA

Os camaradas da 3.ª Companhia de Comandos de Moçambique participam o seu falecimento e apresentam à família os mais sentidos pêsames.

---

avisos, tribunais e conservatórias

OFEREÇA UMA PRIMEIRA PÁGINA

DE ARQUIVO OU PERSONALIZADA

E-mail: paginas@dn.pt
ou ligue 213 187 562

DN



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

EDITAL

Número: **11/2024**

António Ramos Preto, Presidente da Assembleia Municipal da Amadora, nos termos do n.º. 1 do art.º 56.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, faz público o teor das deliberações tomadas pela Assembleia Municipal da Amadora na sua 2.ª Sessão Extraordinária de 2024, realizada em 4 de setembro de 2024:

1 – Aprovada por unanimidade a proposta da C.M.A. relativa ao "*Plano Municipal de Redução de Ruído, Plano de Ação (Proposta n.º 389/2024)*";

2 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa a "*Certificação Legal de Contas do Município – Nomeação de Auditor Externo para os Exercícios Económicos de 2024 a 2026 (Proposta n.º 418/2024)*";

3 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa a "*Assunção de Compromissos Plurianuais (LCPA) – Delegação de Competências no Presidente da Câmara Municipal (Até Final do Mandato 2021-2025) (Proposta n.º 419/2024)*";

4 – Aprovada por maioria a proposta da C.M.A. relativa a "*Empresa local – Amadora Mobility, E.M. Unipessoal, Lda. – Alteração Estatutos (Proposta n.º 420/2024)*".

Amadora, 5 de setembro de 2024

O Presidente
António Ramos Preto

100% ÚTIL

Men'sHealth

MANTENHA-SE EM FORMA!



ASSINE A MEN'S HEALTH PAPEL+DIGITAL
POR APENAS ~~43,20€~~ **29,90 € / 12 EDIÇÕES**

LIGUE 219249999



A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA E A VERSÃO DIGITAL. VALORES COM IVA INCLUÍDO. CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2024, NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR. VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: ASSINATURAS.QUIOSQUEGM.PT | APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).

menshealthportugal @menshealthportugal **menshealth.pt**



Governo e parceiros voltam hoje a sentar-se à mesma mesa.

MANUEL DE ALMEIDA / LUSA

Governo quer salário mínimo a subir para 870 euros em 2025

CONCERTAÇÃO SOCIAL Valor terá sido proposto aos parceiros sociais nas reuniões bilaterais, mas deixado em aberto pela ministra do Trabalho para as negociações de hoje.

TEXTO **ILÍDIA PINTO**

O Governo pretende que o Salário Mínimo Nacional possa subir para 870 euros em 2025, o que representa um crescimento de 6,1% face aos 820 euros em vigor este ano e 1,75% em relação aos 855 euros previstos no Acordo de Rendimentos, Salários e Competitividade em vigor, apurou o DN/Dinheiro Vivo. Hoje os parceiros voltam a sentar-se à mesa das negociações, num encontro que tem por ordem de trabalhos a "valorização salarial e crescimento económico, entre outros assuntos", e na qual participam a ministra do Trabalho e o ministro da Economia, bem como os secretários de Estado do Trabalho, da Administração Pública e das Pescas.

"Tendo em conta as linhas mestras que nos foram apresentadas, os empresários portugueses não podem subscrever este acordo. Não há indicadores ou cenário macroeconómico que possam justificar os aumentos salariais que estão previstos", avançou ao DN/Dinheiro Vivo um dos participantes nos encontros bilaterais que o Governo manteve com os parceiros na sequência da reunião de Concertação Social de 11 setembro.

Em causa estão também, segundo este responsável, aumentos de "mais de 20%, em quatro anos no salário médio nacional" e a já referida subida de 6,1% no salário mínimo no próximo ano. "Qual é o cenário que o justifica, quando a inflação prevista é de 2% e a Função Pública vai ser aumentada em 2%", questiona.

A mesma fonte garante: "Os empresários são favoráveis ao aumento de rendimentos dos trabalhadores, reconhecemos que os salários em Portugal são baixos e têm de crescer, mas temos de indexar isso ao crescimento da produtividade e isso em nenhum lado se verifica no *draft* que temos".

Contactados os diversos parceiros sociais, do lado das empresas, Armindo Monteiro, presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, e Francisco Calheiros, do Turismo (CTP), remeteram quaisquer declarações para o final da reunião de hoje.

> Proposta do Executivo também deverá incluir objetivo de aumentos de "mais de 20%, em quatro anos, no salário médio nacional".

Uma posição partilhada pelo líder da Confederação dos Agricultores, Álvaro Mendonça e Moura, que respondeu por escrito, explicando que, desde a reunião de 11 de setembro, "a CAP tem abordado com o Executivo dois conjuntos de questões: um respeitante à fiscalidade sobre os agricultores, as empresas e os trabalhadores estrangeiros não-residentes; e um outro relativo à necessidade de reversão da integração das Direções Regionais de Agricultura nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais".

Segundo este responsável, e porque negociações bilaterais "não foram ainda concluídas", a CAP só falará deste tema no final da reunião de hoje.

Já o presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP), diz que é esperado que o Governo apresente hoje uma "proposta concreta" de uma "base de acordo" em resultado das reuniões bilaterais que manteve, avançando apenas que o Executivo pretende aumentos quer do salário mínimo, quer do salário médio, acima dos indicadores económicos e acima do que está no acordo anterior. João Vieira Lopes assume que, para que tal possa merecer o acordo dos empresários, tem de ser acompanhado de mais medidas além das que já constam do Programa do Governo, ou seja, da descida do IRC e da isenção fiscal para prémios de produtividade, o chamado 15º mês.

Vieira Lopes quer que sejam dados passos no sentido da extinção das tributações autónomas, "que todas as empresas pagam, mesmo que não tenham lucros", mas quer também medidas a nível laboral, como o fim do impedimento de recurso ao *outsourcing* por parte de empresas que despedem trabalhadores ou o fim das baixas autodeclaradas, "que se está a transformar num certo abuso", defende.

Do lado dos sindicatos, o secretário-geral Adjunto da UGT, Sérgio Monte, mostra-se satisfeito "com a disponibilidade do Governo em ir mais além" no aumento previsto para o salário mínimo nacional em 2025.

"Quero crer que poderá haver um acordo, mas não depende só de nós", diz, sublinhando que a única linha vermelha que a UGT tem assumida é que o novo acordo não pode ser pior do que o que já está em vigor. "O Governo garantiu-nos que, se não houver acordo, o que está em vigor mantém-se", sustenta.

Já a CGTP desvaloriza a questão do 15º mês. "A questão fulcral nunca está no prémio A ou B, a questão fulcral está no nosso salário", riposta Tiago Oliveira, em declarações à Agência Lusa, lembrando que a central sindical exige um aumento salarial de 15% para todos os trabalhadores em 2025 e que o Salário Mínimo Nacional suba para mil euros.

ilidia.pinto@dinheirovivo.pt

Anacom aprova compra da Nowo pela Digi, mas espera investimento na rede 5G

TELECOMUNICAÇÕES Novo operador do mercado nacional tem de lançar serviços ainda este ano, enquanto aguarda pela "luz verde" da Autoridade da Concorrência para controlar a Nowo.

TEXTO **JOSÉ VARELA RODRIGUES**

A última palavra é da Autoridade da Concorrência (AdC), mas, para já, a Digi tem "luz verde" da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) e da Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom) para tomar o controlo da Nowo e, assim, ganhar força no setor das telecomunicações. Ontem, a Anacom revelou que entregou à Concorrência um parecer no qual conclui que o "controlo exclusivo" da Digi sobre a Cabonitel, veículo que detém a Nowo, "não é suscetível de criar entraves significativos à concorrência efetiva" no Setor das Telecomunicações. Aliás, o negócio, aos olhos do regulador das comunicações, "pode eventualmente ter efeitos pró-concorrenciais".

A entidade liderada por Sandra Maximiano crê que a Nowo vai reforçar "positivamente" a capacidade da Digi de "exercer pressão concorrencial relevante, incrementando a dinâmica concorrencial no mercado, face ao nível existente, e contribuindo para uma maior eficiência na utilização de recursos escassos, nomeadamente o espetro radioelétrico".

No entanto, há "algumas preocupações" para a Anacom. Caso o negócio seja aprovado pela AdC, que inclui as licenças 5G da Nowo, a Digi passará a controlar uma quantidade de espetro na faixa das frequências dos 3,6 gigahertz (GHz) que, se tivesse sido adquirida nos termos das regras definidas no leilão do 5G realizado em 2021, resultaria na imposição de obrigações de desenvolvimento de rede ao operador de origem romena, tal como as que já existem para a Meo, NOS e Vodafone.

Ou seja, ao comprar a Nowo, a Digi passará a ter obrigações por cumprir tal como os operadores históricos. E a Anacom espera que a Digi "tenha a iniciativa de propor a assunção desta obrigação", caso não haja lugar a um pedido de transmissão do espetro entre a Nowo e a Digi após a conclusão da operação.



PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

Regulador liderado por Sandra Maximiano diz que Digi vai aumentar "dinâmica concorrencial no mercado".

Na semana passada, a 19 de setembro, também a ERC deu parecer favorável à compra da Nowo pela Digi. Para o regulador da comunicação social, "a operação de concentração projetada não coloca em causa os valores da liberdade de expressão, do pluralismo e da diversidade de opiniões, a par da livre difusão de, e acesso a, conteúdos, cuja tutela incumbe à ERC acautelar".

Com aval da ERC e da Anacom, apenas falta a Autoridade da Concorrência pronunciar-se. Se a compra da Nowo pela Digi for aprovada, o operador de origem romena vai absorver cerca de 270 mil clientes no serviço móvel e cerca de 130 mil clientes nos serviços de telecomunicações fixos. Estão também dentro deste acordo as licenças que a Nowo adquiriu no leilão do 5G, em 2021, nas faixas dos 1800MHz, 2600MHz e 3600MHz, por 70,2 milhões.

A Digi chegou a acordo para a aquisição da Nowo, por 150 milhões de euros, em agosto. O negócio surgiu após a AdC ter impedido a Vodafone de adquirir a empresa, por considerar que a operação apresentava "entraves significativos à concorrência" e prejudicaria os consumidores.

A Nowo – que através da Cabonitel está nas mãos da Llorca JVCO Limited, sociedade que controla a espanhola MásMóvil (atualmente MásOrange, fruto da fusão em Espanha com a Orange) – é a quarta *telecom* do país, embora não tenha rede móvel própria (*aluga* a da Altice) e os serviços fornecidos em rede fixa não abranjam todos os territórios do país. A quota de mercado não atinge os 5%.

A Digi é o novo *player* do setor nacional. Entrou ao adquirir licenças no leilão do 5G, investindo mais de 67 milhões de euros, e tem até ao final do ano para lançar os primeiros serviços, estando a ser apontado o fim de novembro como o prazo mais provável para o lançamento das ofertas. Com sede social nos Países Baixos e sede de gestão efetiva na Roménia, a telecom opera atualmente na Roménia, Espanha e Itália.

De acordo com a versão pública do parecer da AdC, que oficializou o chumbo do negócio com a Vodafone-Nowo, a entrada da Digi poderá levar os preços a cair até 7%.

A compra da Nowo vai consolidar os serviços da *telecom* romena no país. As ofertas da Digi deverão incluir internet de banda larga fixa e móvel, em rede 4G e 5G, e também televisão por subscrição. A Digi pretende lançar ofertas fixas, móveis e convergentes (serviços em pacote). Contudo, a empresa tem enfrentado resistência no setor, sobretudo em acordos com os principais grupos de *media*. A compra da Nowo, que tem contratos de distribuição com os principais canais de televisão, é uma forma de contornar obstáculos.

jose.varela@dinheirovivo.pt

BREVES

Plano para os *media* terá quatro pilares

O Governo vai apresentar "nas próximas semanas" o plano de ação para os *media*, que vai incluir um "Código" da Comunicação Social, e quer ter o "maior consenso possível", anunciou ontem o ministro dos Assuntos Parlamentares. O plano de ação terá então quatro pilares, segundo Pedro Duarte, sendo o primeiro relacionado com a "regulação e legislação", já que a Lei de Imprensa em vigor é de 1999. O segundo pilar será focado no serviço público da RTP e Lusa, que o Governo diz ser necessário preservar, mas "modernizar". O terceiro pilar prende-se com "incentivos ao jornalismo e aos jornalistas, e, finalmente, o quarto pilar relaciona-se com o "combate à desinformação e com a literacia mediática".

Sexta tranche do PRR pedida até final do ano

O secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional disse ontem que o Governo quer avançar com o sexto pedido de desembolso do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) até ao final do ano.
Numa intervenção num evento em Espinho, Hélder Reis afirmou que o Governo "está a aguardar que seja feito o desembolso do pedido" feito em julho e a "trabalhar para, até ao final do ano", poder "fazer o sexto pedido de desembolso à UE". Garantiu que "os prazos estão a ser cumpridos (...), embora haja marcos e metas que deviam ter sido cumpridos em julho e estão a ser cumpridos em setembro", defendeu que os "ligeiros atrasos" não são "um problema de maior".

China corta juros até mínimos históricos para evitar derrapagem económica

MEDIDAS Pequim usa arsenal amplo de instrumentos para gerir custo do crédito. Uma das principais taxas de referência vai descer para o valor mais baixo de sempre. Pacote de alívio deverá ser ampliado, dizem analistas.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO**

A China, que disputa com os Estados Unidos, à vez e consoante as métricas, o título de maior economia do mundo, anunciou ontem um enorme pacote de alívio monetário (corte histórico numa das suas taxas de juro de referência, combinado com um plano de ampla injeção de dinheiro barato no setor bancário), naquela que pode ser considerada já a quinta fase de um programa gigantesco de redução dos custos de crédito suportados pelas empresas e famílias (via banca).

Este plano tem vindo a ser revelado paulatinamente, nos últimos meses, pelas autoridades do país, mas ontem, o banco central, o Banco Popular da China (BPC), anunciou o pináculo do referido programa que vai tentar reanimar de vez a economia, que tem vindo a abrandar de forma notória e rara para os seus padrões históricos recentes, arrastada por uma crise imobiliária sem precedentes e por um ambiente muito mais hostil da parte do mundo ocidental ao nível do comércio internacional.



Governador do banco central da China, Pan Gongsheng (*à esq.*), sinalizou corte na taxa de referência dos empréstimos.

Para debelar as adversidades, o BPC anunciou ontem que irá descer a taxa de juro de referência relativa a operações de recompra de ativos aos bancos (para libertar fundos dos seus balanços e promover a liquidez de crédito), de 1,7% para 1,5%.

De acordo com analistas consultados, o valor 1,5% é o mais baixo de sempre, não sendo, contudo, comparável com as taxas de juro diretoras do BCE (Zona Euro) e da Fed (Estados Unidos). Mas o sinal de alívio é claro e foi bem recebido pelos "mercados", dizem esses especialistas.

O banco central chinês anunciou ainda que vai exigir aos bancos da região yuan (a moeda da China) uma parcela menor em reservas obrigatórias, que pode libertar até 140 mil milhões de euros (um bilião de yuans) em concessão de crédito a preços mais vantajosos.

Além do grande motor da procura doméstica (consumo e investimento), a potência da economia chinesa assenta muito nas exportações e no investimento externo.

Portugal é disso exemplo: a China é o sétimo maior fornecedor nacional de mercadorias e um investidor de calibre em setores estratégicos (energia, imobiliário, banca) há muitos anos.

Desde a adesão plena à Organização Mundial do Comércio (OMC), em meados dos anos 2000, a China cresceu como economia e líder em vários setores de ponta e tecnológicos, conseguindo crescer em termos reais (descontando a inflação) a ritmos anuais de 10% ou mais. No entanto, nos últimos anos, o ímpeto arrefeceu bastante. Hoje, o BPC e o Governo de Pequim estão a dar tudo para agarrar a expansão da economia aos 5%. Várias previsões apontam já para menos que isso (abaixo de 4,9%).

Lynn Song, economista-chefe para a economia chinesa do grupo financeiro holandês ING, observa que "os dados económicos fracos nos últimos meses, denotam que o tempo está a esgotar-se para atingir a meta de crescimento deste ano sem um apoio de políticas agressivas".

"Após o corte de 50 pontos base [0,5 pontos percentuais na taxa de juro Fed Funds] da semana passada por parte da Reserva Federal (Fed) e o subsequente fortalecimento do yuan, consideramos que o BPC já não tem as mãos atadas, tendo agora uma janela para a flexibilização da política monetária".

Ontem, "em vez de se alongar em múltiplas e pequenas medidas de flexibilização", o BPC avançou naquele que é considerado, no seu global, como o maior pacote de estímulos desde a pandemia de covid-19, em 2020.

O economista diz ainda que "o movimento mais importante foi um corte de 20 pontos base [0,2 pontos percentuais] na taxa de referência de recompra inversa a sete dias, com um corte de 1,7% para 1,5%".

"Tendo em conta os padrões anteriores, os mercados esperavam múltiplos cortes nas taxas de 10 pontos base, pelo que um corte de 20 pontos base representa um movimento ligeiramente mais forte do que o esperado", diz Lynn Song. Em todo o caso, "o impacto líquido dependerá se haverá mais cortes no futuro ou se o BPC adotará uma mentalidade de esperar para ver após o pacote de políticas de hoje [ontem]".

A segunda medida "bem sinalizada" pelo governador do banco central, Pan Gongsheng, foi um corte de 50 pontos base (0,5% pontos percentuais) no tal rácio de reservas obrigatórias dos bancos nacionais (RRR), reduzindo o RRR dos principais bancos de 10% para 9,5%.

"Esta medida destina-se principalmente a impulsionar o sentimento económico, uma vez que a questão atual que se coloca não é falta de fundos para emprestar aos bancos, mas sim a falta de procura de empréstimos de alta qualidade num contexto de sentimento pessimista." Donde, diz o analista do ING, "é pouco provável que esta decisão tenha um grande impacto na atividade de crédito por si só, mas em conjunto com o corte das taxas poderá ajudar a apoiar a atividade de crédito".

Na extensa conferência de imprensa, o governador sinalizou também que poderão cortar 0,2% a 0,25% na taxa de juro de referência dos empréstimos ao setor privado (famílias e empresas).

luis.ribeiro@dinheirovivo.pt

Women'sHealth

REVISTA BIMESTRAL



ASSINE A WOMEN'S HEALTH PAPEL+DIGITAL

POR APENAS ~~21,60€~~ 14,90€/6 EDIÇÕES

LIGUE 219249999

A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA E A VERSÃO DIGITAL. VALORES COM IVA INCLUÍDO. CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 20 DE NOVEMBRO DE 2024, NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR. VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: ASSINATURAS.QUIOSQUEGM.PT | APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).


WOMENSHEALTHPORTUGAL


@WOMENSHEALTHPORTUGAL

WOMENSHEALTH.PT



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juízo Central Cível de Lisboa – Juiz 19

ANÚNCIO

Processo: 8453/24.5T8LSB **Ação Popular** **N/Referência: 435264807**
Data: 07-05-2024

Autora:

Wondrous Manifest Associação, NIF.518 051 307, com sede na Av.ª Eng.º Duarte Pacheco, 19, R/C, Sala 4, 1070-100 Lisboa.

Rés:

Alphabet Inc, com sede em 1600 Amphitheatre Parkway, Mountain View, CA 94043, Califórnia, Estados Unidos da América, Google **LLC**, com sede em 1600 Amphitheatre Parkway, Mountain View, CA 94043, Califórnia, Estados Unidos da América, **Google Ireland Limited**, pessoa coletiva n.º IE368047, com sede em Gordon House, Barrow Street, Dublim 4, DO4E5W5, República da Irlanda, e **GGLE Portugal, Lda**, NIF.508 099 978, com sede na Rua Duque de Palmela, 37, 4.º piso, 1250-097 Lisboa.

Faz-se saber que nos autos acima identificados são citados os titulares dos interesses em causa para no prazo de 30 dias após a publicação do anúncio passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar; e ainda para, dentro do mesmo prazo, declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pela Autora ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de não lhe serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo de recusa pelo representado até ao termo da produção de prova ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos, tudo nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 83/95.

O universo dos citados deverão ser «*os utilizadores de dispositivos/sistemas Android que residam habitualmente no território português*».

Consigna-se que o pedido consiste em «**a)** Ser declarado que as condutas da Google, no período compreendido entre 25 de maio de 2018 e o corrente ano de 2024, violaram o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 ("RGPD"), da Lei da Proteção de Dados Pessoais e Privacidade nas Telecomunicações, Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, alterada pela Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto), da legislação relativa à proteção dos consumidores e de direitos fundamentais, nos termos indicados na presente ação;

b) Ser declarado que tais condutas são geradoras de responsabilidade civil por ação e omissão e causaram danos materiais e imateriais aos utilizadores de *smartphones* com o sistema operativo Android no mercado português, sendo as Rés condenadas a reconhecê--lo;

c) Serem as Rés condenadas a abster-se das práticas violadoras referidas em a);

d) Serem as Rés condenadas a retificar as Políticas de Privacidade e os Termos de utilização do Sistema Operativo Android;

e) Serem as Rés condenadas, solidariamente, na qualidade de responsáveis conjuntas, a indemnizar integralmente todos os lesados representados na presente ação pelos danos que lhes foram causados por essas práticas ilícitas, acrescida dos respetivos juros de mora a contar da data da citação até integral e efetivo pagamento, no montante provisoriamente indicado de 1.000 euros por cada utilizador do sistema operativo Android no mercado português;

f) Ser declarado que a Autora tem legitimidade para proceder à cobrança das quantias a que as Rés forem condenadas em representação dos lesados representados nesta ação, incluindo legitimidade para requerer a liquidação judicial das quantias e a execução judicial de sentença e demais atos. necessários à cobrança efetiva das referidas quantias, devendo as Rés proceder ao pagamento da indemnização global a favor dos utilizadores do Sistema operativo Android diretamente à Autora, para esta gerir e proceder ao pagamento das indemnizações devidas aos lesados, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 16.º da LAC, e, em conformidade, ser declarada fiel depositária de tais quantias, competindo-lhe:

i. Criar, gerir e divulgar uma plataforma na qual cada lesado representado terá acesso a toda a informação da presente ação e poderá requerer a indemnização a que tem direito;

ii. Verificar o direito de cada lesado representado nesta ação que requeira a sua indemnização através de comprovativo de aquisição de *smartphones* com o sistema operativo Android, durante o Período Relevante, entregue pelo utilizador, no prazo que vier a ser fixado pelo Tribunal, após o trânsito em julgado da sentença;

iii. Proceder à entrega da quantia respetiva no prazo de três meses após realização do pedido de pagamento efetuado pelos utilizadores;

iv. Findo o prazo determinado pelo Tribunal, após a publicação do anúncio da sentença transitado em julgado, entregar a quantia restante nos termos do n.º 8 do artigo 16.º da LAC.

g) Serem as Rés condenadas em custas e custas de parte;

h) Ser fixada a remuneração da entidade Financiadora, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 16.º da LAC.

i) Serem as Rés condenadas a publicar em dois jornais generalistas de âmbito nacional um sumário da decisão judicial transitada em julgado no presente processo, redigido pelo Tribunal, a expensas das Rés, sob pena de desobediência;

j) Em alternativa aos pedidos formulados em a) e b) supra, mantendo-se os demais, requer-se seja considerado procedente por provado que as Rés enriqueceram à custa do empobrecimento dos lesados aqui representados e, consequentemente, serem condenadas ao pagamento da indemnização requerida nos termos identificados em e) supra", tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial.

O prazo é continuo, suspendendo-se, no entanto, nas férias judiciais.

Terminado o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil.

Ficam advertidos de que é obrigatória a constituição de Mandatário Judicial.

A Juíza de Direito: *Michaela Farinha*

Oficial de Justiça: *Maria Isabel Conceição*

Notas: Solicita-se que na resposta seja indicada a referência deste documento

- As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro; do Domingo de Ramos à Segunda-Feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de agosto.
- Nos termos do art.º 40.º do CPC, é obrigatória a constituição de advogado nas causas da competência de tribunais com alçada em que seja admissível recurso ordinário; nas causas em que seja admissível recurso, independentemente do valor; nos recursos e nas causas propostos nos tribunais superiores.

PARA ANUNCIAR
800 241 241
CHAMADA GRATUITA



Diário de Notícias
O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO. TODOS OS DIAS EM BANCA

ANÚNCIO



Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Juízo Central Cível de Lisboa – Juiz 4

Processo: 1755/24.2T8LSB

Ação Popular

N/Referência: 437616104

Data: 02-09-2024

Autor: Citizens' Voice – Consumer Advocacy Association

Réu: Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.

Faz-se saber que por este Tribunal e Juízo correm termos os autos de **Ação Popular** com o n.º **1755/24.2T8LSB**, em que é autora **Citizen's Voice – Consumer Advocacy Association** e é ré **Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.**, e que por via deste anúncio e nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 83/95 são citados os **titulares do interesse** em causa, **OS CLIENTES DO PINGO DOCE** que sejam consumidores finais, residentes em Portugal e tenham pago à ré PINGO DOCE €2,19 por cada unidade de Mousse Proteica de chocolate, 150 g, da marca "YOPRO", adquirida(s) em 17/01/2024, quando o preço publicitado pela ré para cada unidade de Mousse Proteica de chocolate, 150 g, da marca "YOPRO" era de €1,99 por unidade. A causa assenta na imputação à ré de publicidade enganosa e concorrência desleal, ao cobrar aos consumidores um valor superior ao preço publicitado por cada unidade de Mousse Proteica de chocolate, 150 g, da marca "YOPRO", e para no prazo de **30 dias** após a publicação do anúncio passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar e ainda para, dentro do mesmo prazo, declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pelos Autores ou se, pelo contrário se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de não lhe serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo de recusa pelo representado até ao termo da produção de prova ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos e que em substância o pedido consiste em: – que o tribunal declare que a ré teve um comportamento que consubstancia nas práticas comerciais desleais e restritivas da concorrência e publicidade enganosa, agindo com culpa e consciência da ilicitude no que respeita a tais comportamentos, tendo com a totalidade ou parte de tais comportamentos lesado gravemente os interesses dos autores populares. Pedindo, em consequência desse reconhecimento, que os autores populares sejam indemnizados integralmente pelos danos causados por essas práticas, no que respeita ao sobrepreço, aos danos morais e aos danos pela distorção da equidade das condições de concorrência, tudo como melhor consta do duplicado da petição inicial.

O prazo é contínuo, suspendendo-se, no entanto, nas férias judiciais.

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil.

Fica advertido de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

Lisboa, 02-09-2024

O Juiz de Direito

(Assinatura ilegível)

EDITAL

ASSUNTO: Transmissão do prédio Rústico, sito na Branca, Fazendas das Figueiras – Coruche, Santarém – Exercício de Direito de Preferência, dirigido a todos os proprietários de prédios confinantes

Nos termos e para efeitos previstos nos artigos 225.º, 416.º e 1380.º e seguintes, todos do Código Civil, da Lei n.º 111/2015, de 27 de Agosto, da Portaria n.º 219/2016, de 9 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março (Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional), todos da sua atual redação, o proprietário do imóvel abaixo indicado, atenta a impossibilidade de notificar os proprietários dos prédios rústicos confinantes ao referido imóvel – Pédio Rústico, sito em Ribeira na Branca, Fazendas das Figueiras – Coruche, freguesia de Branca, concelho de Coruche, com as confrontações: norte: Rua da Pestana, sul: Rua Cabeço de Zimbro, nascente: Feliciano Crossas, poente: Perpétua Marques Duarte, descrito na Conservatória do Registo Predial de Coruche, sob o número 309, da freguesia de Branca, inscrito na matriz predial urbana da referida freguesia sob o artigo 103, secção BH –, vem por este meio comunicar aos preferentes a sua intenção de proceder à venda do imóvel, expondo-se infra as principais condições existentes, de compra e venda, para exercício dos respetivos direitos legais de preferência.

O referido projeto de venda é efetuado pelo valor de oitenta e seis mil e quinhentos euros aos interessados na aquisição (que não são proprietários confinantes): Célia Hortense Coelho Almeida, NIF 202777090, Tiago Miguel Coelho Almeida Marques Lourenço, NIF 243660561, e Diana Isabel Coelho Almeida Marques Lourenço, NIF 243660553, residentes na Rua Major Perestrelo da Conceição, n.º 20, r/c esq.º – Setúbal.

O documento que titulará a transmissão (venda) – escritura pública de compra e venda ou documento particular autenticado (DPA) – será realizado até dia 7 de outubro de 2024, em local, data e hora a designar pelos compradores, com comunicação prévia de 5 dias ao vendedor, por carta registada, e o pagamento do preço será efetuado da seguinte forma:

a) Com a assinatura do contrato-promessa de compra e venda (CPCV), datado de 7/9/2024, foi pelos promitentes compradores, através de transferência bancária para as contas bancárias indicadas pelos promitentes vendedores, entregue a quantia de oito mil e quinhentos euros.

b) com a outorga da escritura pública de compra e venda ou do documento particular autenticado (DPA) será pago o remanescente, no valor de setenta e oito mil euros, e os compradores adquirentes tomarão posse plena do prédio.

Aos proprietários de terreno rústico confinante assiste-lhes o direito de preferir na referida transmissão.

Pelo exposto, serve a presente para conferir a todos os detentores a faculdade de exercer o direito de preferência na venda acima referida, na qualidade de confinantes do referido prédio rústico, devendo fazê-lo, querendo, no prazo de 8 (oito) dias a contar da data da publicação deste edital, através de carta registada para Raúl Manuel Afonso Gaspar, residente na Rua Principal, n.º 1318C, Cabeço de Mouro 2785-114 – São Domingos de Rana, a manifestar a sua intenção de aquisição do imóvel.

Mais se informa de que o eventual exercício do direto de preferência, que é meramente opcional e implicará a substituição dos compradores acima mencionados, na totalidade do presente negócio, ou seja, o exercício do direito de preferência, implicará adquirir o imóvel acima descrito pelo preço do negócio supramencionado.

Na falta de resposta no prazo máximo de 8 (oito) dias indicado acima, presumir-se-á a falta de interesse no exercício desta faculdade.


Milhares de pessoas continuaram a fugir do sul para o norte do país.
EPA / WAEL HAMZEH

Líbano, o país que definha à medida que o Hezbollah cresce

MÉDIO ORIENTE À beira da guerra, país atravessa sucessão de crises sem dirigentes à altura, enquanto o agente não-estatal mais armado do mundo continua a manobrar na sombra.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Uma nova vaga de ataques aéreos atingiu alvos no sul do Líbano e nos subúrbios de Beirute, onde pelo menos três comandantes do Hezbollah foram mortos. Em resposta, o movimento xiita lançou mais de 300 foguetes para o norte de Israel e *drones* contra uma base naval a sul de Haifa. As Forças Armadas israelitas anunciaram que vão continuar as operações, e repetiram os avisos para que as populações se afastem de casas com armas, o que aprofundou o êxodo para o norte do Líbano. Esta situação de "quase guerra em todo o sentido", como classificou o chefe da diplomacia europeia, Josep Borrell, expôs também a frágil situação daquele país atraído para um vórtice de crises simultâneas – económica, financeira, política e institucional – perante a apatia das elites e a influência cada vez maior do movimento religioso, político e armado que é o "Partido de Deus" (Hezbollah).

A crise económica e financeira desvalorizou a moeda em cerca de 90% e atirou mais de 80% da população para a pobreza – o Banco Mundial, num relatório de 2021, disse que a crise do Líbano está possivelmente entre as três mais graves desde meados do século XIX. O país depende das remessas dos emigrantes, que correspondem a mais de metade do PIB.

"Estamos a assistir ao colapso de todas as instituições estatais que ainda se mantinham de pé", disse em 2023 o analista Karim Bitar à AFP, perante a saída para a reforma do chefe dos serviços de informações sem que alguém o substituísse (acabou por acontecer meio ano depois).

> Um relatório do Banco Mundial classifica a crise financeira e económica do Líbano entre as três mais graves desde meados do século XIX.

Um exemplo, entre outros, de um país minado pela corrupção e clientelismo de um sistema sectário que está sem presidente; tem um primeiro-ministro demissionário de um Governo em gestão; e o ex-governador do banco central está detido, acusado de vários crimes financeiros, não tendo sido nomeado um sucessor desde que saiu do cargo, há mais de um ano.

Esta paralisia impede que os serviços básicos sejam assegurados, abrindo espaço para o Hezbollah – financiado pelo Irão e por negócios não-oficiais, como o controlo de minas ilegais na América do Sul – se substituir no papel do Estado ao nível da Assistência Social, da Educação, da Saúde e até de serviços bancários.

Um estado dentro de um Estado cada vez mais enfraquecido, o Hezbollah tem uma presença limitada no Governo, de forma a "não ser responsabilizado pelo que o Governo faz ou deixa de fazer, e é capaz de tomar decisões independentes sobre guerra e paz, vida e morte, para todo o Líbano, sem consultar nem o povo, nem o Governo", como disse Matthew Levitt, especialista do Washington Institute for Near East Policy, ao Wilson Center.

Advertência iraniana

Em Nova Iorque para participar na Assembleia-Geral da ONU, o presidente do Irão disse, em entrevista à CNN, que o Hezbollah "não pode enfrentar sozinho um país defendido, apoiado e abastecido pelos países europeus e pelos Estados Unidos". O aviso de Massoud Pezeshkian completou-se com outra frase: "Não podemos permitir que o Líbano se transforme noutra Gaza às mãos de Israel."

Também em Nova Iorque, o presidente dos EUA disse que é tempo de "concluir" o acordo de cessar-fogo em Gaza e mostrou-se contra uma "guerra em grande escala" no Líbano. "É sempre possível uma solução diplomática", afirmou Joe Biden.

O primeiro-ministro israelita Benjamin Netanyahu garantiu que as forças do seu país vão "continuar a atingir o Hezbollah", quando o Ministério da Saúde libanês disse que a campanha de bombardeamentos fez 560 mortos.

Já o ministro da Defesa, Yoav Gallant, disse existirem "golpes adicionais já preparados" para o grupo xiita. "O Hezbollah de hoje não é o Hezbollah de há uma semana. A sequência de golpes que enfrentou no seu comando e controlo, os seus operacionais, as suas armas, tudo isto são golpes extremamente severos", disse Gallant.

As Forças Armadas israelitas anunciaram a morte do comandante do Hezbollah Ibrahim Qubaisi ao lado de, pelo menos, outros dois comandantes no bombardeamento que atingiu Dahiyeh, o subúrbio de Beirute controlado pelo grupo pró-iraniano. Qubaisi, diz Telavive, era o homem encarregado dos mísseis e foguetes e foi o estratega de um rapto executado em 2000, do qual resultou a morte de três soldados israelitas.

cesar.avo@dn.pt

DIVISÃO DE PODERES

Ao deixar de ser um protetorado francês, em 1943, o Líbano adotou um pacto nacional sectário não-escrito que dividiu os principais cargos: o presidente é cristão maronita, o primeiro-ministro é muçulmano sunita e o presidente da Assembleia é muçulmano xiita.

PRESIDENTE
O Líbano está sem chefe de Estado desde outubro de 2022, quando o mandato de Michel Aoun expirou. Houve 12 sessões parlamentares para eleger um sucessor, sem sucesso. A situação não é inédita: Michel Sleiman foi eleito à 23.ª tentativa em 2008 e Aoun à 46.ª, ao fim de dois anos e meio.

NAJIB MIKATI

Empresário com uma das maiores fortunas do país, tornou-se primeiro-ministro pela terceira vez em 2021, mas as Eleições Parlamentares do ano seguinte retiram a maioria ao Hezbollah e aos seus aliados, não conseguindo formar um novo Executivo. Ao deixar de exercer funções, Aoun decretou a demissão de Mikati, de 68 anos, que se mantém em funções de gestão.

NABIH BERRI

Líder do Movimento Amal, e presidente do Parlamento libanês desde 1992, ano em que o Hezbollah elegeu deputados pela primeira vez, Berri construiu a imagem de mediador e diplomata. Aos 86 anos, porém, voltou às raízes ao anunciar ter militantes do seu movimento a lutar no sul, ao lado do Hezbollah.

Biden despede-se da ONU com voto renovado de apoio à Ucrânia

ASSEMBLEIA Depois de António Guterres ter criticado quem viola o Direito Internacional, o presidente dos Estados Unidos apelou para que a solidariedade com Kiev não esmoreça.


EPA / SARAH YENESEL

Guterres disse que o mundo está "à beira do inimaginável", Biden mostrou-se esperançoso.

Foi a última vez que Joe Biden discursou numa Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, ocasião em que o presidente dos Estados Unidos fez um apelo aos restantes Estados-membros para que não caiam na fadiga do apoio à Ucrânia. "O mundo tem uma escolha a fazer. Vamos manter o nosso apoio para ajudar a Ucrânia a vencer esta guerra e a preservar a sua liberdade, ou vamos virar costas e deixar que a agressão se renove e um país seja destruído? Eu sei a minha resposta. Não nos podemos cansar. Não podemos desviar o olhar e não desistiremos do nosso apoio à Ucrânia", afirmou Biden.

O presidente lembrou que a invasão da Rússia foi um ataque aos valores que a ONU deve defender e que os EUA, em conjunto com dezenas de países, responderam com "assistência maciça" a Kiev. A esse propósito, Washington anuncia hoje, de forma oficial, mais um pacote de ajuda militar, no valor de 375 milhões de dólares, no dia em que o líder ucraniano discursa nas Nações Unidas.

Segundo a Associated Press, estão incluídas bombas ar-terra, que têm munições de fragmentação e podem ser disparadas pelos caças ucranianos, mas continua de fora da lista os mísseis de longo alcance *Atacms* que Volodymyr Zelensky tanto tem pedido e que está a deixar os ucranianos frustrados com o Ocidente. "No fim de contas, a Rússia tem aliados mais decisivos do que nós", desabafou ao jornal *The Washington Post* Roman Kostenko, secretário da Comissão de Defesa e Serviços de Informações do Parlamento ucraniano. Zelensky vai reunir-se com Biden amanhã.

No discurso em Nova Iorque, Joe Biden elogiou o "povo ucraniano", que "resistiu", e, em contrapartida, a guerra iniciada por Vladimir Putin falhou. "O objetivo era destruir a Ucrânia, mas a Ucrânia ainda é livre. Ele decidiu enfraquecer a NATO, mas a NATO é maior, mais forte e mais unida do que nunca, com dois novos membros, a Finlândia e a Suécia."

O discurso inaugural da Assembleia-Geral, a 79.ª, coube ao secretário-geral da ONU, como é costume. António Guterres fez uma análise sombria da atualidade, tendo destacado que os "mundos de impunidade, desigualdade e incerteza estão ligados e a colidir", para depois acrescentar que o nível de impunidade é "politicamente indefensável e moralmente intolerável" e que há quem sinta que pode espezinhar o Direito Internacional, violar a Carta das Nações Unidas e invadir outros países e no final "ter direito a um cartão de livre-trânsito". **C.A.**

"Vemos esta era de impunidade em todo o lado – no Médio Oriente, no coração da Europa, no Corno de África, e mais além. A guerra na Ucrânia espalha-se sem sinal de estar a terminar."
António Guterres
Secretário-geral da ONU

"Na Ucrânia, é com pesar que vemos a guerra estender-se sem perspetiva de paz. (...) Já está claro que nenhuma das partes conseguirá atingir todos os seus objetivos pela via militar. (...) Criar condições para a retomada do diálogo direto entre as partes é crucial neste momento."
Lula da Silva
Presidente do Brasil

"Sob meu comando, a América entrou em jogo, oferecendo segurança económica e ajuda humanitária. (...) A boa notícia é que a guerra de Putin falhou, no seu objetivo fundamental."
Joe Biden
Presidente dos EUA

Agricultores afegãos sofrem com a proibição da papoila

CRISE Sem dar incentivos à substituição das culturas, o regime fundamentalista islâmico, que voltou ao poder em Cabul em 2021, criou um problema económico e social, arriscando-se a que o mundo rural se revolte.



O imã Bismillah mostra a resina de papoila, com a qual planeia pagar os dotes das filhas.

Durante 20 anos, Asadullah foi um próspero agricultor de papoilas no sul do Afeganistão, até que as autoridades talibãs começaram abruptamente a aplicar a proibição daquela cultura. Com 1,6 hectares em Helmand – há muito o coração da produção de papoilas – o homem de 65 anos ganhava entre 250 mil e 500 mil afegânis (3200 a 6450 dólares) por estação com a planta, que é utilizada para produzir ópio e heroína. Forçado pelas autoridades a mudar para outras culturas, está agora em dificuldades para fazer face às despesas.

"Estamos acabados. Não temos nada para comer ao jantar", lamenta Asadullah, com o seu rosto envelhecido e a longa barba branca a mostrar as suas dificuldades. "Agora mal ganhamos 25 mil afegânis [320 euros]."

Tal como os seus vizinhos da aldeia de Torma – sufocante com o calor e atravessada por riachos onde os rapazes brincam –, Asadullah começou por tentar plantar milho, mas não conseguiu. "Não tínhamos dinheiro para os fertilizantes", disse, acrescentando que a maioria das pessoas optou pelo feijão-mungo, mais resistente, que é mais fácil de cultivar, mas que rende uma fração do lucro da papoila.

O decreto do líder supremo dos talibãs, Hibatullah Akhundzada, de abril de 2022, que proíbe a produção de papoila no principal país produtor do mundo, provocou uma queda de 95% nas colheitas do ano passado.

De acordo com o Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime, a erradicação da papoila infligiu perdas de mais de mil milhões de dólares aos agricultores afegãos no ano passado.

Lala Khan, de 40 anos, passou a cultivar algodão quando se tornou claro que as autoridades estavam determinadas a aplicar a proibição, e o seu rendimento anual caiu a pique. "Costumávamos comer carne uma vez de três em três dias, agora é uma vez por mês", diz.

Khan diz que recebeu apenas "um saco de farinha e um saco de fertilizante" como compensação por ter parado a produção de papoilas. "O que é que podemos fazer com isso?", pergunta.

Ehsanullah, outro antigo cultivador de papoilas, mal consegue esconder a sua raiva perante a sua situação atual. "Compramos todas as nossas necessidades diárias a crédito. E, quando colhemos, pagamos as dívidas e não nos resta nada."



Lala Khan trocou a papoila por algodão e agora só tem dinheiro para comer carne uma vez por mês.

Na aldeia vizinha de Khumarai, o imã local, conhecido por Bismillah, explica que 80% das terras da zona eram anteriormente utilizadas para o cultivo de papoila e 20% para trigo, milho, feijão e algodão. No Afeganistão, onde as famílias numerosas são a norma, uma das maiores despesas das famílias é o dote para casar as filhas. "Podíamos pagá-lo com ópio, mas não com milho e feijão", diz.

Algumas pessoas, como Bismillah, ainda têm uma reserva de resina de papoila que sobrou da última colheita, o equivalente afegão ao dinheiro enfiado debaixo do colchão.

"A maior parte das pessoas tem alguma em casa, mas evita dizê-lo por medo dos ladrões", diz Bismillah, mostrando à AFP uma bacia com cerca de meio quilo de resina castanha pegajosa. "Estamos à espera que o preço suba... esperamos po-



FOTOS: WAKIL KOHSAR / AFP

der pagar [os dotes] com ela."

Em Maiwand, na província vizinha de Kandahar, o antigo mercado do ópio está agora deserto e Hunar, de 40 anos, passou a vender açúcar, óleo, chá e rebuçados. "Para nós, obedecer às ordens do emir [o líder supremo] é obrigatório", afirmou. Mas avisou que as pessoas estavam a passar por tantas dificuldades que havia o risco de voltarem a cultivar papoilas.

Em Maiwand, outro antigo vendedor de ópio disse que, apesar de o mercado aberto ter sido encerrado, ainda se faziam negócios. "Toda a gente tem ópio", diz. "As pessoas têm geralmente 10 a 15 quilos de ópio de colheitas anteriores, que só vendem aos seus contactos. É vendido em pequenas quantidades, às escondidas."

> Segundo a ONU, a erradicação do cultivo da papoila causou aos agricultores perdas superiores a mil milhões de dólares, no ano passado.

> Antigo mercador de papoila, Hunar diz que as ordens dos talibãs são para cumprir, mas por outro lado crê que as pessoas estão a passar tão mal que há o risco de voltarem ao cultivo da planta que dá origem ao ópio e à heroína.

Nem todas as províncias têm sido tão cumpridoras como Helmand no que respeita à cessação da produção de papoilas. Em maio, confrontos entre agricultores e brigadas enviadas para destruir os seus campos de papoilas causaram várias mortes no nordeste de Badaquistão. "Morte ao emirado (Afeganistão governado pelos talibãs)", gritaram em vídeos dos confrontos vistos nas redes sociais.

Futuro incerto

De acordo com o International Crisis Group (ICG), a aplicação rigorosa da proibição criou enormes dificuldades para uma faixa alargada do Afeganistão rural. "Aplicada com um rigor crescente, a campanha antinarcóticos dos talibãs afetou profundamente um país que se encontra entre os maiores fornecedores de drogas ilegais do mundo", lê-se num relatório publicado este mês. Mas o documento adverte que o futuro da proibição era incerto. "Apesar de os talibãs se mostrarem inflexíveis quanto à sua aplicação, a proibição poderá ruir sob o peso das dificuldades económicas", refere.

O ICG diz que, embora seja necessário um grande investimento para ajudar os agricultores a produzirem culturas rentáveis, como romãs, figos, amêndoas ou pistácios, essa é uma solução a curto prazo. "As culturas lícitas não oferecem emprego suficiente, pelo que a tónica deve ser colocada na criação de emprego em indústrias não-agrícolas", avança. **DN/AFP**

BREVES

Rei da Tailândia promulga casamento *gay*

O Rei da Tailândia promulgou ontem a lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo, tornando a Tailândia o primeiro país do Sudeste Asiático a reconhecer a igualdade no casamento. O Rei Maha Vajiralongkorn deu parecer favorável à nova lei, aprovada por ambas as câmaras do Parlamento em junho, e entrará em vigor dentro de 120 dias, o que significa que os primeiros casamentos deverão ocorrer em janeiro. Segundo o jornal oficial, *Royal Gazette*, as alterações agora promulgadas eliminam a referência ao homem e à mulher na descrição do casamento – opta-se pela fórmula dos "dois indivíduos" –, ao passo que o estatuto jurídico é alterado de "marido e mulher" a "casal". Na Ásia, o casamento *gay* é permitido em Taiwan e Nepal.

Papa quer acolher Suu Kyi no Vaticano

O Papa Francisco pediu a libertação da líder de Myanmar e vencedora do Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi, que cumpre uma pena de 27 anos de prisão, e propôs que fosse acolhida no Vaticano. O pedido foi abordado numa conversa com jesuítas na sua última viagem pela Ásia e cuja transcrição é publicada pela revista *Civiltà Cattolica*. "Hoje, em Myanmar, não podemos ficar calados: é preciso fazer alguma coisa! (...) Pedi a libertação da senhora Aung San Suu Kyi e recebi o seu filho em Roma", disse o Papa Francisco. Suu Kyi, de 79 anos, está presa desde o golpe militar de fevereiro de 2021, que pôs fim a 10 anos de transição democrática em Myanmar (antiga Birmânia).

PUBLICIDADE

O Diário de Notícias e o The New York Times estão juntos numa só assinatura.

A melhor informação de Portugal e do Mundo fica à distância dos seus dedos, nesta iniciativa inédita, que junta dois dos títulos de imprensa com mais história e prestígio.

Assine já no site **dn.pt** e tenha acesso ao melhor universo de notícias.

Diário de Notícias | The New York Times

FC Porto visita equipa que já humilhou Mourinho e que tem escova de dentes gigante como símbolo

LIGA EUROPA O antigo guarda-redes Nuno Marques vive há 20 anos na Noruega e diz como o Bodo/Glimt se tornou uma potência na Escandinávia. Avisa que os dragões terão hoje no piso sintético outro obstáculo.

TEXTO **ANDRÉ CRUZ MARTINS**

Os noruegueses do Bodo Bodo/Glimt recebem esta tarde (17.45, SportTV5) o FC Porto no arranque da nova Liga Europa que se disputa nos mesmos moldes da *Champions*. A equipa da pequena cidade costeira de 56 mil habitantes no centro-norte da Noruega saltou para a ribalta do futebol europeu a 21 de outubro de 2021, quando humilhou a AS Roma, então treinada por José Mourinho, por um incrível 6-1 na Liga Conferência.

Desde então, ao primeiro adversário europeu do FC Porto não voltaram a ser conhecidos feitos internacionais, mas a nível nacional o domínio tem sido quase esmagador, com três títulos de campeão nas últimas quatro temporadas. E esta época é líder da *Eliteserien* – a I Divisão da Noruega –, com sete pontos de avanço sobre o Brann, após 24 jornadas. Ainda assim, registou uma surpreendente derrota por 1-4 na jornada do último fim de semana, precisamente no terreno do 2.º classificado.

O antigo guarda-redes Nuno Marques vive há 20 anos na Noruega e, ao DN, traça o perfil do primeiro obstáculo do FC Porto. "Neste momento são, de longe, o melhor clube norueguês, muito acima de Rosenborg e Molde. E diria até que são o melhor clube da Escandinávia, juntamente com os dinamarqueses do Nordsjaelland. Estão a fazer o mesmo que o Rosenborg fez no final da década de 1990, início deste século: com as verbas ganhas através das boas prestações nas competições europeias, têm comprado bons jogadores e cavado um fosso para a concorrência. Estamos a falar já de verbas importantes, que não eram habituais no país", sublinha.

Nesse sentido, antevê grandes dificuldades para os dragões no desafio marcado para o Estádio Aspmyra, com capacidade para pouco mais de 8000 espectadores. "Não ficarei nada surpreendido se o Bodo/ Glimt ganhar. Mas acredito que o FC Porto venha precavido, tomando como exemplo esse jogo com a Roma. As pessoas ainda acham que o futebol escandinavo é só pontapé para a frente, mas posso assegurar que, se a nível físico os jogadores são superiores aos portugueses, como todos sabem, a nível técnico não ficam nada atrás", alertou, explicando que esta evolução se deve ao facto de as equipas jovens, "hoje em dia, trabalharem durante todo o ano, pois os campos de futebol passaram a ser aquecidos".



Nuno Marques
Antigo guarda-redes

E por falar em campo, Nuno Marques, que atualmente é vice-presidente do Município de Notodden, no sul do país, avisa que a equipa de Vítor Bruno terá de enfrentar um relvado sintético nesta deslocação a casa do Bodo/Glimt. "É um ótimo sintético, mas todos sabemos que para as equipas do sul da Europa nunca é igual a jogar num relvado natural. E, obviamente, o Bodo/Glimt poderá aproveitar-se disso", diz, sublinhando, no entanto, que o FC Porto "tem a sorte de jogar na Noruega quando ainda não há neve", pois garante que "daqui a umas semanas seria completamente diferente".

As três estrelas da companhia

O antigo guarda-redes formado no U. Tomar e no Benfica, onde chegou a fazer parte da equipa principal treinada por Jupp Heynckes, destaca três estrelas do clube norueguês, que teve uma ascensão meteórica – afinal em 2017 estava no segundo escalão.

"É curioso, no plantel há alguns futebolistas que são filhos de antigos jogadores profissionais de renome. Nomeadamente o Patrick Berg, médio de 26 anos cujo pai, tio e avô foram grandes futebolistas noruegueses. Destaco ainda o Jens Hauge, um extremo que se transferiu para o Milan no verão de 2020 e que depois esteve emprestado ao Eintracht Frankfurt, que comprou o seu passe, mas este ano cedeu-o ao Bodo/Glimt", diz.



Jens Hauge (ex-Milan) e o goleador Kasper Hogh são dois dos principais jogadores do Bodo/Glimt.

Nuno Marques diz ser muito comum o regresso dos jogadores emigrantes, pois "são raros os futebolistas noruegueses que se adaptam aos outros países". E explica porquê: "Aqui, a estrutura dos clubes é muito familiar e estão sempre a ver se está tudo bem com os jogadores. Quando vão para Itália ou Espanha, não existe esse ambiente, não se habituam e acabam quase todos por regressar."

Nuno Marques destaca ainda as qualidades do ponta-de-lança Kasper Hogh, melhor marcador da equipa nesta época, com 12 golos em 25 jogos.

Escovas de dentes gigantes

Nuno Marques lembra ainda que o treinador Kjetil Knutsen "está no cargo há muito tempo, tendo chegado como adjunto

LIGA EUROPA
1.ª jornada

HOJE

Bodo/Glimt-**FC PORTO**	17.45
AZ Alkmaar-Elfsborg	17.45
Manchester United-Twente	20.00
Ludogorets-Slavia Praga	20.00
Anderlecht-Ferencváros	20.00
Nice-Real Sociedad	20.00
Midjtylland-Hoffenheim	20.00
Galatasaray-PAOK Salonica	20.00
Dínamo Kiev-Lazio	20.00

AMANHÃ

Malmö-Rangers	17.45
Fenerbahçe-Union St. Gilloise	17.45
Ajax-Besiktas	20.00
SP. BRAGA-Maccabi Telavive	20.00
Lyon-Olympiacos	20.00
Tottenham-Qarabag	20.00
Eint. Frankfurt-Viktoria Plzen	20.00
FCSB-Rigas	20.00
AS Roma-Athletic Bilbau	20.00

Nota: Jogos com transmissão na SportTV



SITE OFICIAL DO BODO/GLIMT

[em 2017] e passado a técnico principal na época seguinte", sempre com os "resultados em crescendo e conseguindo construir equipas jovens, muito competitivas e com grande qualidade técnica", diz, revelando ainda que "há dois anos esteve muito perto de ser treinador do Ajax".

Há ainda outro pormenor curioso acerca do adversário do FC Porto na Liga Europa: alguns dos seus adeptos deslocam-se para o estádio com… gigantes escovas de dentes amarelas.

Tudo começou na década de 1970, quando um adepto tirou do bolso uma escova de dentes e emprestou-a a um amigo, para que este tivesse uma batuta para dirigir os os cânticos dos outros apoiantes da equipa na bancada. A escova passou então a ser uma espécie de símbolo do clube e, uns tempos mais tarde, a Jordan, empresa de produtos dentífricos, ofereceu mesmo uma escova de dentes gigante, que serviu para conservar uma tradição que perdura no tempo.

dnot@dn.pt

Villas-Boas admite meta de vencer Liga Europa

André Villas-Boas, presidente do FC Porto, assumiu ontem, à partida para a Noruega – onde esta tarde os dragões defrontam o Bodo-Glimt –, que o objetivo é voltar a vencer a Liga Europa, que estreia um novo formato.

"Com a história que temos nesta competição, vamos disputar esta competição até ao limite, e esse limite é vencer a Liga Europa", assumiu, lembrando que foi para "ganhar títulos" que a sua administração conseguiu "os reforços necessários" para o plantel.

Questionado sobre o novo formato desta prova, que já não terá as equipas eliminadas da Liga dos Campeões, Villas-Boas admitiu haver "reações positivas e negativas", mas frisou que é ainda "uma fase muito embrionária" para se pronunciar.

"Está sujeito a uma avaliação para uma melhoria que agrade às pessoas que seguem futebol", finalizou.

O treinador Vítor Bruno levou para a Noruega 27 jogadores, com destaque para o capitão Iván Marcano, que ainda se encontra a recuperar de uma grave lesão e nem se encontra inscrito, mas que seguiu viagem, tal como o defesa-central Otávio Ataíde, que não jogou frente ao V. Guimarães. Só Zaidu Sanusi e Fábio Vieira ficaram no Porto, a recuperar de lesões.

Entretanto, Kjetil Knutsen, o treinador do Bodo/Glimt, fez questão de elogiar o FC Porto em declarações à SportTV. "Talvez seja a melhor equipa que alguma vez defrontámos", atirou, garantindo que é, "sem dúvida", melhor que a AS Roma treinada por José Mourinho, que eliminou em 2021.

"É um grande desafio para nós, mas, como sempre, vamos tentar ter expressão na forma como queremos jogar, como defendemos e como atacamos", assumiu.

Rui Costa garante que saídas de João Neves e Marcos Leonardo foram inevitáveis

BENFICA O presidente explicou o mercado e garante que plantel "é forte e equilibrado" à imagem de Lage.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Rui Costa garantiu ontem que "o Benfica conseguiu o que pretendia" no mercado de transferências, acrescentando que foi conseguido "um plantel forte, equilibrado e competitivo, com dois jogadores por posição." O presidente do Benfica admitiu que "o plantel foi feito à imagem de Roger Schmidt", que entretanto foi demitido, mas o presidente o Benfica deixou claro que, "conhecendo Bruno Lage, sabia que o plantel se molda bem àquilo que gosta".

No que diz respeito às comissões pagas aos agentes nas transferências, Rui Costa garantiu que os encarnados pagaram "menos de 10%, que é o valor recomendado pela FIFA", revelando que "foram pagas, no geral, 8,9% de comissões aos empresários", sendo que "o Benfica pagou zero nas contratações".

Em entrevista à BTV, o líder dos encarnados analisou ainda todas as saídas e entradas deste verão, tendo voltado a admitir que João Neves "não queria sair", mas lembrou que "há valores que são inevitáveis". E, nesse sentido, lembrou que no último verão "a transferência mais alta foi de 75 milhões de euros", de Julián Álvarez para o Atlético de Madrid, pelo que os 60M€ pagos pelo PSG pelo médio "colocam-no no *Top*-5", mas "pode tornar-se na segunda se forem cumpridos os objetivos".

Rui Costa justificou a saída de David Neres porque "oscilou a titularidade com o banco de suplentes". "Na época passada. "No ano passado houve propostas, ele queria sair, mas quisemos que ele continuasse. Até que este ano chegou esta proposta e ele quis ir para Itália e recebemos um valor importante por um jogador de 27 anos", frisou.

Já o caso de Marcos Leonardo prende-se com o facto de o Benfica ter investido em Pavlidis e querer apenas dois pontas-de-lança. "Fomos rejeitando propostas até que surgiu esta proposta de 40 milhões por um jogador "com margem de progressão, mas que iria passar mais tempo no banco", razão pela qual a saída era "inevitável".

Rui Costa fez depois questão de elogiar João Mário: "Foi dos homens mais extraordinários que apanhei enquanto profissional." O líder encarnado justificou a separação com "um elo de ligação que se partiu pelo caminho".

No que diz respeito a entradas, revelou que Pavlidis já tinha sido alvo, mas "só agora foi possível chegar aos valores", enquanto Aktürkoğlu "estava há muito referenciado", mas "só foi possível chegar no último dia de mercado devido às novas leis da imigração". Já sobre Renato Sanches, voltou a mostrar confiança que o médio vai renascer neste regresso a casa.



CARLOS PIMENTEL / GLOBAL IMAGENS

Rui Costa revelou que pagou 8,9% de comissões a empresários.

Águias e leoas lutam pela *Champions*

Benfica e Sporting vão tentar garantir o apuramento para a fase de grupos da Liga dos Campeões. As águias têm esta noite (20.00 horas) no Seixal a tarefa mais fácil, pois vão defender a vitória de 2-1 alcançada na 1.ª mão, na Suécia, frente ao Hammarby. Apesar da vantagem, a treinadora Filipa Patão diz que não espera facilidades.

"Se abordarmos o jogo a contar com esse resultado de certeza que vai correr mal. Sabemos que temos de tirar a bola ao adversário e marcar um golo", disse, garantindo que "será um Benfica a pressionar, a ter a bola e com uma identidade muito própria", recusando a ideia de defender o resultado.

Este jogo surge cinco dias antes do dérbi do campeonato com o Sporting, em Alcochete, algo que não terá qualquer influência na partida com o Hammarby, de acordo com Filipa Patão. "Se estivesse a pensar no jogo com o Sporting estava desgraçada. Temos de fazer as coisas jogo a jogo, perceber o que nos vai trazer mais vantagens", sublinhou.

Por sua vez, a tarefa do Sporting para chegar à fase de grupos é mais complicada, tendo em conta a derrota caseira (1-2) com o Real Madrid na 1.ª mão. Ainda assim, a treinadora Mariana Cabral não atira a toalha ao chão para o jogo marcado para amanhã (19.00 horas).

"Vamos a Espanha com o objetivo de passar a eliminatória", assumiu, admitindo ter consciência de que "é difícil" pela desvantagem que levam da 1.ª mão, na qual diz que a sua equipa mostrou "qualidade" individual e provou que "é possível" dar a volta.



Da direita para a esquerda: Dante (Levi Brown), o irmão mais velho (Jordan Bolger) e o primo (Ben Rose).

This Town: os Anos 80 das Midlands, entre música e *cocktails molotov*

TELEVISÃO Excelente série em estreia hoje nos canais TVCine, *This Town* é um retrato "musical" das tensões sociais no Reino Unido, início da década de 80, com personagens coloridas e anárquicas. Das melhores criações recentes de Steven Knight, o autor de *Peaky Blinders*.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Birmingham, 1981. Um jovem perdido no meio de uma revolta, com a polícia a travar manifestantes impiedosamente, vê-se interrompido na sua divagação. Imerso nos pensamentos que o levam à rapariga por quem está apaixonado, e que convidou para tomar chá (falta de noção), ele não se apercebe da atmosfera inflamada e inflamável à sua volta, que está prestes a explodir-lhe na cara: quando explode, é preciso correr e encontrar refúgio. Nesta azáfama encontra também uma amiga, que se enternece com a vida interior do "puto estranho", e não tarda estão os dois a pensar em formar uma banda. Ele, com nome de poeta italiano, Dante, escreve versos que se prestam a ser musicados (inspirando-se em Leonard Cohen e Bob Dylan); ela, Jeannie, não percebe nada de letras, mas tem jeito para combinar sons harmoniosamente. Assim arranca, a toda a brida, *This Town*, uma das mais recentes séries criadas pelo prolífico Steven Knight, em estreia exclusiva hoje no TVCine Edition (22.10), deixando o espectador confuso quanto ao ângulo. Isto vai ser sobre jovens a navegar o ambiente social ou "apenas" sobre a formação de uma banda?

Bem, as duas coisas. Pode dizer-se que a série desorienta um bocadinho no início, com a apresentação de várias personagens interligadas, mas depois os eventos encaminham-se com agilidade para um final de confluências "musicais", em que a clareza do arco narrativo deixa uma impressão plenamente satisfatória. Ao longo de seis episódios, *This Town* conquista a nossa atenção pela inteligência com que combina as tais personagens e as faz habitar a tristeza permeada por uma corrente de humor; ou melhor, como uma música, precisamente, a ser composta ao sabor daqueles dias de tensão social e destroçados contextos familiares.

> Ao longo de seis episódios, *This Town* conquista a nossa atenção pela inteligência com que combina as tais personagens e as faz habitar a tristeza permeada por uma corrente de humor.

Escrevendo a partir de um certo lugar íntimo da memória, que é a sua cidade natal, Steven Knight conseguiu desta vez criar uma textura que estava em falta nos seus últimos trabalhos para a televisão, depois do sucesso *Peaky Blinders* (2013-2022). Entenda-se: as séries *Great Expectations* e *Toda a Luz Que Não Podemos Ver* dificilmente fazem justiça à sua capacidade de desenhar aquele aspeto diferenciador de uma personagem.

Questões geracionais e a poesia do futuro

Dante, interpretado por um talento em revelação, Levi Brown, é mesmo esse tipo de figura: um corpo desajustado, que destoa do entorno em virtude da sua alma gentil, mexendo as peças através de uma estranha forma de ser. É, em suma, um aspirante a poeta que se permitirá interromper a depressão pessoal para avaliar a alegria do sentido da vida enquanto sonoridade *ska*...

Cada um por sua vez, entra em cena um primo que mora em Coventry, e que está a ser forçado pelo pai a envolver-se nas atividades terroristas de um braço local do IRA (abre-se aqui a janela para o vislumbre dos demónios que uma organização deste teor planta numa família); o irmão mais velho de Dante, que se tornou membro do Exército britânico, destacado em Belfast; e, claro, a jovem empregada de uma loja de discos por quem o protagonista sonhador está apaixonado.

Há ainda outro lote de personagens adultas que contribuem com os seus vícios e corações partidos para a visão geral do quadro – e é preciso referir a tia alcoólica de Dante, que numa cena de funeral canta maravilhosamente *Over the Rainbow*, de Judy Garland –, mas é naquele núcleo geracional, a tentar encontrar uma saída para o futuro, que a série confia o brilho da sua doce anarquia.

Mais uma vez, não se entra de forma direta nesta cápsula de ficção nostálgica, violenta e terna: demora um pouco a entranhar o espírito da proposta, a sua poesia murmurante e as cores do retrato sociopolítico que definiu um tempo e um lugar, mas uma vez entranhado, alcança-se a substância viva da ideia. Depois, é só seguir a música (para além do *ska*, o *reggae* e o *punk*) e a progressão dos laços humanos, que no fundo é o tempo que demora a construir-se o grupo certo para salvar a vida em conjunto.

É tudo assim, muito dramático e movimentado, cómico e descabelado, assente sobretudo na caracterização de cada elemento humano que traduz a turbulência particular daquelas vidas conotadas com o ADN das Midlands. Algo semelhante à beleza de um dos versos soltos que ouvimos Dante criar, num dispositivo de voz-*off*, e que expõe a brutalidade por trás da melodia profunda da época: "Vidro partido, armas, droga e betão. Mistura de baixo, bateria e depois canto." Eis *This Town* – com um novo episódio a descobrir todas as quartas-feiras no TVCine Edition.



Opinião
Ana Paula Laborinho

Gerações futuras, desafios presentes

Com os olhos ainda toldados pelo drama dos incêndios, a morte de pessoas, o trauma das populações, a destruição de casas e haveres, uma paisagem negra e a necessidade de precaver outros danos que as chuvas intensas podem trazer e, ainda, as guerras que alastram e se perpetuam – pouco acompanhámos a *Cimeira do Futuro* que decorreu em Nova Iorque. Perante tanta catástrofe mundial, é difícil acreditar que as Nações Unidas (NU) têm capacidade de mover vontades, construir diálogos e consensos. E, no entanto, nada mais temos além deste instrumento de que duvidamos, mas importa manter como único reduto comum.

No passado domingo, dia 20, os líderes mundiais adotaram por consenso o *Pacto para o Futuro* que inclui um *Pacto Digital Global* e uma *Declaração sobre as Gerações Futuras*.

Como se pode imaginar, estes documentos foram negociados ao longo de meses e até anos, sendo uma enorme vitória a sua aprovação. Na 23.ª hora, um conjunto de países (Bielorrússia, Coreia do Norte, Irão, Nicarágua, Rússia, Síria) apresentou uma proposta de emenda (as NU não poderiam intervir em assuntos internos, mesmo que os países desrespeitassem os acordos internacionais), que não foi aprovada.

O secretário-geral das NU instou os líderes mundiais a passarem das palavras aos atos, mas não deixou de sublinhar a importância dos cinco principais resultados que significam um importante avanço: o fim dos combustíveis fósseis, os princípios para a reforma do Conselho de Segurança (principal instância de bloqueio das decisões), a interoperabilidade dos meios digitais (para não aumentar o fosso entre ricos e pobres em tecnologia), a retoma do desarmamento e o alívio da dívida dos países mais pobres.

É verdade que se trata de um consenso em matérias que há décadas eram discutidas sem acordo (em particular, o sistema multilateral), além de abranger domínios inteiramente novos e determinantes, como o digital. Existem, contudo, áreas essenciais esquecidas como a Educação.

É elucidativo o artigo *The Summit of Future and Education* de Moira Faul, diretora executiva da NORRAG Global Education (Rede de Políticas e Cooperação Internacionais para a Educação e a Formação). Embora em 2022, as Nações Unidas tenham convocado a *Cimeira Transforming Education*, enquanto contributo para este *Pacto para o Futuro*, a Educação não é destacada em nenhuma das 58 ações agora aprovadas. Esta omissão é ainda mais incompreensível quando uma das declarações deste pacto é sobre as gerações futuras que dependem, no presente, de uma Educação mais equitativa, inclusiva e de qualidade.

Pela primeira vez, o secretário-geral da OEI, Mariano Jabonero, discursou na Assembleia-Geral, enquanto organização internacional associada, e não deixou de sublinhar o papel central da Educação e a absoluta necessidade de aumentar os seus orçamentos se queremos mais desenvolvimento, redução da pobreza e até democracias mais fortes e éticas. Mas destacou também a importância da cooperação e do multilateralismo se queremos, de facto, que ninguém fique para trás.

Nos países mais frágeis, aqueles que têm maior percentagem de jovens e crianças, a Educação tem um papel central (e não se pode diluir em objetivos mais genéricos).

Para garantir a justiça entre gerações, os Governos têm de integrar a representação daqueles que vão herdar as consequências das decisões tomadas no presente. A participação dos jovens e uma Educação que responda aos seus desafios e interrogações é a melhor forma de construirmos o *Pacto para o Futuro*.

Diretora em Portugal da Organização de Estados Ibero-Americanos



Opinião
Carlos Rosa

Gostava muito mais de comprar sapatos na Lisboa do Keil do Amaral!

Lembro-me de ir à Cenoura quando era muito miúdo e depois aos Porfírios, já em plena adolescência, com alguns amigos (e amigas!) lá do liceu.

Mas o que me fascinava mais, em Lisboa, era ir às compras com a minha mãe! Eram manhãs de sábado intermináveis a palmilhar sapatarias entre os Restauradores, o Rossio e a Rua Augusta.

A minha loja favorita, antes de ter descoberto mais tarde cafés como o Galeto, o Pique-Nique ou o Tique-Taque, era a sapataria e chapelaria Lord! Com desenho arquitetónico do Francisco Keil do Amaral, esta sapataria era um poema visual perfeito de combinação entre espaço, circulação e materiais.

Com as suas paredes tipo Tetris, repletas de caixinhas muito certinhas e arrumadinhas, era o que mais fascinava os olhos desta criança que ia a Lisboa de tempos a tempos. Lembro-me de esparramar todo o meu esqueleto, até não conseguir esticar mais osso nenhum, nos bancos e nas cadeiras de madeira maciça almofadadas e forradas a cabedal. Com a vontade de ter trazido pelo menos um chapéu, lembro-me de sair da Lord a caminho da Galã e da Martex, também da autoria do Keil do Amaral.

Hoje sei que, a este arquiteto, lhe foi incutida pelo seu mestre uma necessidade quase obsessiva pela conquista de uma modernidade, preservando a linha estruturante da cidade e conservando a linguagem da cultura local que emanava de Lisboa.

Agora somos todos Ikea. Somos todos Zara. Somos todos iguais. Os sapatos vêm todos do mesmo sítio e as lojas de Lisboa são réplicas das de Madrid ou das de Milão.

Este imaginário estético, hoje, é só e apenas isso mesmo, um mundo que será imaginado para as próximas gerações, nascido numa realidade que já não existe. Uma realidade que era partilhada por cabeleireiros, sapatarias e *snack-bars*. Uma realidade construída pelos *designers* e arquitetos da época, como Keil do Amaral, Bento d'Almeida, ou Victor Palla. Uma realidade construída pelos, e para os, lisboetas.

Quando vejo fotografias destes espaços desaparecidos, sou como que teletransportado para uma estética modernista local, própria e singular, mas que acabou.

O que eu não vejo neste teletransporte é o *design* português a impor-se nos novos espaços comerciais deste mundo global. Tal como eu, parece que também o *design* anda perdido numa máquina do tempo, mas que tem a alavanca partida, pois o bom que se fez lá atrás, não serve para andarmos para a frente.

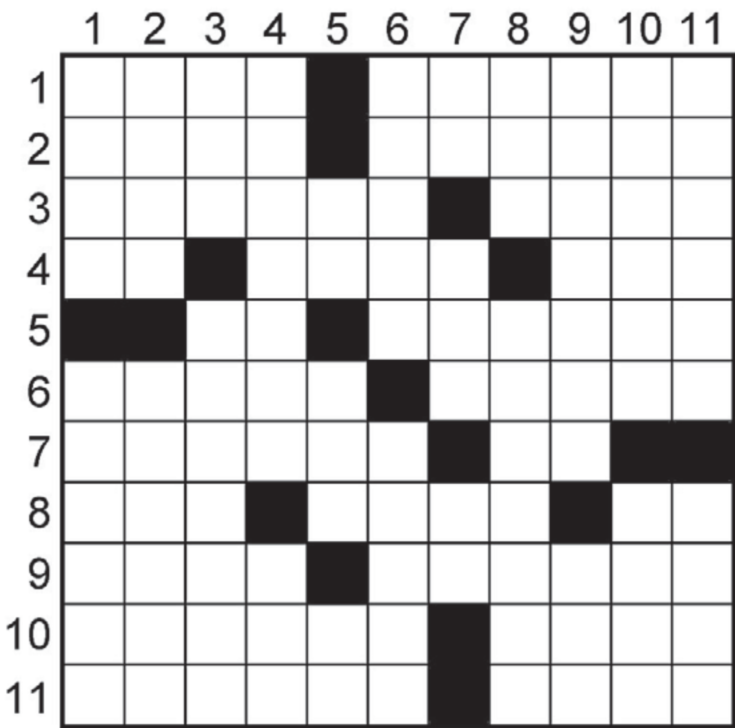
Designer *e diretor do IADE – Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia*



CARTOON POR MIGUEL AGUIAR



PALAVRAS CRUZADAS



Horizontais: **1.** Aplicar. Peça metálica que faz tocar o sino. **2.** Poeta. Relativo ao úmero. **3.** Tornar novo. Cidade. **4.** Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de ovo. Capital da Noruega. Terceiro. **5.** Centilitro (abreviatura). Terminar. **6.** Metal branco e precioso. Terramoto. **7.** Afastada. Crómio (símbolo químico). **8.** Ave pernalta corredora. Ofício. Post-scriptum (abreviatura). **9.** Cais. Estrada utilizada para escoar o trânsito. **10.** Baraço. Falta de chuva. **11.** Ruminar. Discursar.

Verticais: **1.** Execução de encomendas. Fazer propaganda de. **2.** Tecido. Acabamento. **3.** Prefixo (ouvido). Pequeno quarto de vestir. **4.** Remexido. Ligação (figurado). **5.** Elas. Aperta com fita. Hélio (símbolo químico). **6.** Fraude. Sensação de calor intenso. **7.** Antes do meio-dia. Vazia. A ti. **8.** Entregou. Inchação produzida pela formação de pus. **9.** Melhorar de uma doença (figurado). Observar. **10.** Relativo aos lábios. Irrita (figurado). **11.** Fígulo. Produzir som.

SUDOKU

	7		3		1	4		
		4		8			6	2
5					2		1	
2			7					3
7				6			8	
	9		4		3	5		
8			2			6		
		1			6		4	
		3	9		5	8		1

SOLUÇÕES

6	7	2	3	9	1	4	5	8
3	1	4	5	8	7	9	6	2
5	8	9	6	4	2	3	1	7
2	4	6	7	5	8	1	9	3
7	3	5	1	6	9	2	8	4
1	9	8	4	2	3	5	7	6
8	5	7	2	1	4	6	3	9
9	2	1	8	3	6	7	4	5
4	6	3	9	7	5	8	2	1

Palavras Cruzadas

Horizontais: 1. Apor. Badalo. 2. Vate. Umeral. 3. Inovar. Urbe. 4. Oo. Oslo. III. 5. Cl. Acabar. 6. Prata. Abalo. 7. Remota. Cr. 8. Ema. Arte. PS. 9. Gare. Desvio. 10. Atilho. Seca. 11. Remoer. Orar.

Verticais: 1. Avio. Pregar. 2. Pano. Remate. 3. Oto. Camarim. 4. Revolto. Elo. 5. As. Ata. He. 6. Burla. Ardor. 7. AM. Oca. Te. 8. Deu. Abcesso. 9. Arribar. Ver. 10. Labial. Pica. 11. Oleiro. Soar.

O que tem de novo o "novo" Diário de Notícias

Diário de Notícias
O ESSENCIAL DA INFORMAÇÃO, TODOS OS DIAS EM BANCA

Diário de Notícias
VACINA

Volkswagen ID.7 Tourer: a carrinha elétrica para contrariar o domínio dos SUV



Com perto de cinco metros de comprimento, ao ID.7 Tourer não falta espaço.



Em matéria de espaço, a ID.7 Tourer não desaponta quando pode acolher até cinco adultos com o conforto de uma *limousine*, e ainda oferecer 605 litros de capacidade na bagageira.

CARROS Antes de ficarem rendidos aos encantos do formato SUV, os portugueses tiveram uma paixão por um outro tipo de carroçaria em particular: a *station wagon* ou carrinha.

TEXTO **FERNANDO MARQUES,** *MOTOR24*

Com a ID.7 Tourer, a Volkswagen recupera o formato e apresenta uma das primeiras carrinhas totalmente elétricas para o segmento médio-alto. O espaço disponível a bordo sempre foi um dos motivos para as pessoas escolherem uma carrinha.

Nesse aspeto, com perto de cinco metros de comprimento, a ID.7 Tourer não desaponta quando pode acolher até cinco adultos, com o conforto de uma *limousine*, e ainda oferecer 605 litros de capacidade na bagageira. O volume pode aumentar até aos 1714 litros com os bancos da fila traseira rebatidos, sendo possível transportar todo o equipamento para um fim de semana ao ar livre e mais do que uma bicicleta no interior sem tirar as rodas da frente.

A ID.7 Tourer está equipada com um eficiente motor elétrico de última geração montado no eixo traseiro com 286cv e duas opções de bateria com 86 e 77kWh. Demora 6,7 segundos entre os 0 e os 100km/h, estando a velocidade máxima limitada aos 180km/h. A eficiência do motor elétrico aliada ao baixo coeficiente aerodinâmico permite à ID.7 Tourer Pro S Urban um consumo médio de 14,2kWh por cada 100km percorridos.



No interior encontramos um *design* elegante, minimalista *q.b.* O sistema de infoentretenimento é o melhor que já testámos num Volkswagen elétrico.

A Volkswagen diz ser possível alcançar uma autonomia de até 690km em ciclo WLTP. E com o novo sistema inteligente de pré-condicionamento da bateria, obter 236km de autonomia em apenas 10 minutos num posto de carregamento de corrente direta (DC) de 200kW, na versão Pro S Urban.

No interior encontramos um *design* elegante, minimalista *q.b.*, com uma escolha de materiais e cores sóbria que contribuem para um ambiente sereno a bordo. O conceito *Wellness In-Car* vai tornar qualquer viagem longa ou paragem, ainda que curta, numa ida ao *Spa*. Agindo em conjunto com a função de massagem dos bancos, climatização, iluminação ambiente, sistema de som e o teto panorâmico com controlo de opacidade, criam um ambiente que pode ser relaxado ou revigorante.

O sistema de infoentretenimento é o melhor que já testámos num Volkswagen elétrico – apesar de termos experienciado alguma dificuldade em encontrar de imediato o submenu para a climatização –, é expedito na resposta, o ecrã de 15 polegadas tem uma barra de aplicações melhorada e os controlos táteis são retro iluminados.

Além disso, passa também a contar com a integração do ChatGPT, que permite ao automóvel interagir com os passageiros, sendo capaz de responder a perguntas sobre diversos temas, de forma natural.

O condutor continua a ter um painel de instrumentos dedicado, à sua frente, ainda que reduzido, mas onde é possível ver toda a informação relevante. Este é complementado com um *head-up display* de realidade aumentada que projeta a informação que pretendermos no campo de visão do condutor, evitando distrações.

Durante o breve contacto que tivemos na apresentação nacional da ID.7 Tourer foi notório o trabalho desenvolvido pela Volkswagen no conforto demonstrado em piso empedrado e em mau estado, especialmente na versão experimentada, que estava equipada com suspensão adaptativa. Em cerca de 100 quilómetros percorridos registámos uma média de consumo de 18,18 kW/h.

A ID.7 Tourer está disponível nas versões Pro Urban, com bateria de 77kWh, por 61 828 euros, Pro S Urban, com bateria de 86kWh, por 66 736 euros, e GTX, com bateria de 86kWh, por 71 843 euros.

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 25 DE SETEMBRO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

FUNDADORES Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal

A PRAIA DA NAZARÉ

um dos mais lindos recantos de Portugal

Uma lenda dos primeiros tempos da monarquia — O milagre da Virgem — O promontorio e o templo — Uma praia verdadeiramente democratica — A terra conquistada da petizada — Um clima superior ao da Côte d'Azur — Mil e duzentos contos para um caminho de ferro

da Vila da Nazaré, a qual no decorrer dos tempos tem sido e continua sendo o objecto da veneração de muitos milhares de portugueses.

rentemente ultrajada pela petisada. Pois se a Nazaré é o terreno conquistado pelos miudos!

O seu clima é superior ao do da Côte

Nazaré — O antigo forte onde está instalado o farol; os chalés da praia; no medalhão de cima, o capitão do porto, tenente sr. Jaime Henriques de Sá Viana Louceiro; no de baixo o sr. José Bento de Almeida, um dos concessionarios do caminho de ferro de Ceta á Nazaré

GRUPO BEL | ACTIVE SPACE TECHNOLOGIES | AMICIS GIN | aximage | BEL DISTRIBUIÇÃO | BEL e-POWER | BEL ENERGIA | BEL MOBILITY

A mais linda praia de Portugal, esse cantinho sagrado e quasi desconhecido da Peninsula que é a Nazaré, inspirou ao delicadissimo poeta que foi Manuel de Arriaga, primeiro presidente da Republica Portuguesa, algumas das suas melhores estrofes. Foi embalado pelo cantico meigo e suave das vagas do Oceano, espraiando-se na areia de ouro que Marcelino Mesquita, outro grande amigo da Nazaré, escreveu algumas das melhores scenas dos seus dramas. Nós, perante essa soberba tela de rochas, praia e mar, onde as belezas da natureza têm a aureolá-las o nimbo duma das mais lindas lendas de Portugal, sentimo-nos deslumbrados.

Foi nos primeiros tempos da monarquia, quando o épico nome de Portugal mal aflorava aos labios da Historia. D. Fuas Roupinho, alcaide de Porto de Mós e irmão bastardo do primeiro monarca português, numa manhã em que a espessa neblina confundia o céu e a terra, saiu á caça pelo matagal bravio que se estendia ao longo da costa. Meia hora depois de galopar, a um tiro de besta, á frente do cavalo, galgou um veado de magnifico aspecto. Apertou os acicates de encontro ás ilhargas do corcel que, soltando um relincho de dôr, despediu em louca correria na peugada do tepido gamo que parecia ter asas nos pés. De lança em riste, o fidalgo esporeava continuamente o animal, pretendendo imprimir-lhe maior velocidade ainda. Alguns segundos e não tardaria a alcançar a cobiçada presa, quando, de repente, num salto prodigioso, o veado mergulhou num precipicio de mais de cem metros, que se abria a seus pés, e no fundo do qual o mar irado rugia como um leão ciclopico. Em tão apertado transe, vendo o abismo escancarado prestes a tragá-lo, o cavaleiro invocou a Virgem que se venerava numa gruta proxima, a qual, segundo outra lenda que se perde nos mais remotos tempos, fôra fabricada pelo proprio S. José na sua oficina de carpinteiro-entalhador da Judeia.

A prece foi ouvida. Um relampago formidavel cortou o céu e a Virgem surgiu com o filhinho nos braços. O cavalo, petrificado, empinou-se á beira do abismo como se mão de ferro lhe tivesse tolhido o freio, deixando gravadas na rocha as ferraduras e, numa volta brusca, apresentou o dorso ao pélago infernal. D. Fuas, em acção de graças á Virgem por o ter salvo de tão grande e iminente perigo, mandou construir a capela da Memoria, para a qual foi transportada com grande luzimento a sagrada imagem que na gruta jazia.

Dois seculos depois, o rei D. Fernando mandava construir um templo, para onde foi transportada a Virgem, padroeira

O local onde se erguem o templo e a capela chama-se o Sitio e constitui um elevado promontorio que entra pelo mar dentro como se fôra portentosa nau que singrasse oceano fóra, indiferente aos vagalhões, que, rugindo, se vêm desfazer em espuma de encontro ás escarpadas penedias. Do lado do sul, rodeada por uma paisagem unica, defrontando o mar, colocada no centro duma estensa boia, repousando qual sultana adormecida, branqueja a linda vila da Nazaré.

* * *

A praia, abrigada do lado do norte pelo promontorio do Sitio e do lado do sul pela serra da Pescaria, não é muito extensa, mas nenhuma ha melhor no litoral português. A população balnear é tudo quanto ha de mais heterogenio. Desde o alfacinha, que traja ao rigor da ultima moda, importada de Paris, Londres ou Viena, até á «paléca» (mulher do campo) que veste o mesmo trajo que a sua avó envergava ha bons oitenta anos, tudo ali se confunde e mistura. E' uma praia essencialmente democratica onde toda a gente se acotovela sem receio.

O mar parece nivelar tudo. Luxo só quem o queira ou possa ter. O «smoking» ou a «toilette» decotada e faustosa só ali poderiam figurar numa mascarada. A nota alegre dá-a a criançada chilreadora.

A Nazaré é a praia dos miudos. O iodo e o sol crestam-lhes a pele mas tonificam-lhes o sangue e vigoram-lhes os pulmões. No mês de setembro as crianças que vêm á Nazaré constituem uma colonia de rifenhos, por tal forma elas se bronzeiam e a sua algarada viva vence o marulhar das ondas. O mar, como velho molosso, não tem iras para elas. Meigo, contenta-se em vir lamber-lhes os pés e as pernas nuas numa caricia de espuma.

Nunca ali se deu o caso fatal duma vaga arrebatar uma criancinha.

O novo-rico irritante e impertinente não se aclimata á Nazaré. Não tem ali os casinos faustosos da Figueira, os certames hipicos das Caldas. Não pode dar largas á ostentação. Os hoteis da Nazaré, dois apenas, não têm a geri-los a D. Pragmatica que obriga os homens a espartilharem-se e as mulheres a desnudarem-se. Em compensação são amplos, limpos e higienicos e a alimentação que ali nos fornecem é retintamente portuguesa e, portanto, sadia. Só no clube se dança, mas a D. Etiqueta é pouco rigorosa. As crianças dançam com os adultos, sem que qualquer mestre de sala furibundo com elas arremeta em defeza da arte de Terpsicore, inreve-

d'Azur. Ao passo que em Cannes, por exemplo, a temperatura média no verão é de 24,2 centigrados, a da Nazaré é de 20, e quando em Cannes, no inverno, a média dá 9, na Nazaré atinge 12. E não se cansam os franceses de apregoar aos quatro ventos a doçura do clima da sua Côte d'Azur!

O peixe é do melhor do mundo, em qualidade e em abundancia. O fertil vale do Alcôa fornece a vila das melhores frutas, hortaliças e criação. Ali não ha dificuldades em abastecer o «ménage». Nada de ralações nem de dificuldades. Nazaré é o paraiso das donas de casa.

A vila e a praia são limpas. Em materia de higiene e limpeza a Camara Municipal da Nazaré e Capitania do Porto podem dar lições ás principais edelidades do país, a começar por Lisboa. A acção disciplinadora do capitão do porto, o primeiro tenente sr. Viana Couceiro, em muito tem contribuido para o bom nome da praia.

Só uma coisa ha que torna a Nazaré, por enquanto, indesejavel. E' o acesso á linda vila. Distanciada da estação do caminho de ferro de Cela cêrca de 7 quilometros, os «char-á-bancs», «ripperts» e a «camionette» empregada, no transporte dos passageiros nada têm a recomendá-los, muito pelo contrario. Contudo uma esperança desponta no horizonte, que dum momento para o outro pode tornar-se em feliz realidade. Um caminho de ferro projectado ligando a Cela á Nazaré foi aprovado e a sua concessão foi outorgada aos srs. José Bento de Almeida e Antonio José da Silva. Todavia surge uma dificuldade. A questão do capital. São necessarios cêrca de 1200 contos para abrir essa linha á exploração, e não obstante o rendimento da linha dar logo de começo uma remuneração convidativa ao capital a empregar, este, mercê de dificuldades de varia ordem, retrai-se. O trafego está assegurado por milhares de toneladas de peixe a exportar, por milhares de toneladas de adubo formado pelo caranguejo, por uma venda de bilhetes de passageiros nunca inferior a 30.000 anualmente.

Dispondo do capital preciso, dentro de oito meses a linha será posta a funcionar. Poderá o governo, a Caixa Geral de Depositos, a iniciativa particular fornecer esses 1.200 contos, sobejamente garantidos pelo trafego da linha e que viria colocar a linda vila da Nazaré ao nivel das Caldas e da Figueira? Esperamos que sim e que dentro em breve poderemos felicitar os bons nazarenos por terem obtido a sua mais ardente e justa aspiração.

P. B.

PUB
MSOFTWEB futurete GOLDEN EAGLE POUPANÇA CASH & CARRY RIO MOURINHO SDT ADR VASP
CONSTRUÍMOS CAMINHOS
COM IMPACTO POSITIVO

EUROMILHÕES SORTEIO: 077/2024
CHAVE: 18-20-21-36-49 + 3-5
NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS



DN e *The New York Times* juntos numa só assinatura

OFERTA Até 5 de novembro, pode assinar os dois jornais por apenas 59,99 euros/ano. Saiba mais em *www.dn.pt/assinaturas*.

TEXTO **FILIPE ALVES**

Pelo preço de uma só subscrição, agora pode assinar dois jornais de referência centenários que lhe trazem a melhor informação em português e em inglês. Até 5 de novembro, ao tornar-se assinante digital do Diário de Notícias, estará também a assinar o jornal *The New York Times*, no âmbito de uma parceria internacional inovadora que visa assinalar o 160º aniversário do DN.

A "mecânica" desta iniciativa é bastante simples: ao assinar o DN por um período de um ano, o leitor recebe um *e-mail* com as credenciais para se registar no *site* do *New York Times* e ter acesso à assinatura digital deste último também durante um ano. O preço desta assinatura única dos dois jornais centenários é de 59,99 euros por ano.

Trata-se de uma parceria editorial que reflete a nossa aposta nos conteúdos jornalísticos de qualidade, numa altura em que o segmento das subscrições digitais é o que revela maior potencial de crescimento a nível de circulação, devido aos novos hábitos de consumo de informação.

Com esta parceria com um dos grandes jornais de referência internacionais, o Diário de Notícias reforça o valor da oferta editorial que proporciona aos seus leitores. Acreditamos que o futuro do jornalismo passa por subir a fasquia em termos de qualidade e de profundidade e nunca pelo contrário, por muito que isso possa parecer atrativo numa lógica de curto prazo.

Os nossos leitores poderão assim ter acesso a conteúdos de elevada qualidade sobre os acontecimentos nos Estados Unidos, numa altura em que já teve início a contagem decrescente para as Eleições Presidenciais de novembro. Mas a oferta do *New York Times* não se esgota no duelo entre Donald Trump e Kamala Harris, pois o jornal nova-iorquino tem uma oferta diversificada sobre áreas como política internacional, tecnologia e inovação, saúde pública, economia e mercados, arte e *design*, grandes investigações e viagens, entre outras, bem como alguns dos melhores colunistas do planeta. que agora pode ler diariamente graças a esta solução exclusiva que junta dois jornais de referência centenários.

Saiba mais sobre esta oferta única e assine já o DN e o *New York Times* em *www.dn.pt/assinaturas*.

Nuno Melo contraria relatório da SEDES

O ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, afastou ontem a possibilidade de Portugal criar um serviço nacional de cidadania para jovens, contrariando a proposta do relatório anual do Observatório de Segurança e Defesa da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social.

O relatório da SEDES identificou como problema o recrutamento e a retenção de recursos humanos nas Forças Armadas. Em resposta, Nuno Melo explicou que Portugal não tem "em cima da mesa outro modelo que não seja o que está em execução", acrescentando que a sua preocupação, enquanto ministro, é "criar as condições para que os jovens possam ver nas Forças Armadas a possibilidade de cumprimento de um sonho e de uma carreira".

O ministro defendeu que é preciso "dignificar as Forças Armadas, o que, por seu lado, passa por assegurar, entre outras coisas, que os militares podem ter melhores salários, ser compensados pelas restrições da condição militar ou apoiados em caso de incapacidade ou morte".

"É por isso que nós lançámos um aumento histórico e é assim que nós tentamos recrutar mais e reter melhor nas nossas fileiras. Esta é a discussão, neste momento, em termos de recursos, em Portugal, muito embora no plano académico todas as outras sejam interessantes."

Sobe & desce

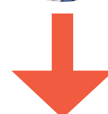
POR **FILIPE ALVES**





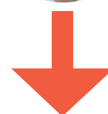
MERYL STREEP
Numa intervenção na Assembleia-Geral da ONU, a atriz lembrou que, em Cabul, "uma gata tem mais liberdades do que uma mulher". Numa altura em que a maior parte do mundo prefere esquecer o que se passa no Afeganistão, Meryl Streep deixou um alerta a que o mundo não pode ficar indiferente.





LUÍS MONTENEGRO
O primeiro-ministro falou dos alegados interesses que "sobrevoam" os fogos, mas uma semana depois ainda não deu a conhecer elementos concretos que fundamentem as suas alegações. Face à inexistência de indícios de uma conspiração pirómana com fins económicos, tratar-se-á apenas de fumaça para desviar atenções.





LACERDA SALES
O ex-secretário de Estado ficou ainda mais em xeque após o depoimento da sua antiga secretária pessoal, no inquérito ao "caso das gémeas". Lacerda Sales poderia eventualmente sair melhor desta história se assumisse a responsabilidade por ajudar a marcar uma consulta que ajudou a salvar as vidas de duas crianças que, de qualquer modo, teriam direito ao tratamento.





Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro, Mafalda Campos Forte **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** Nuno Silva **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt



